



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 197 • SÃO PAULO • 18 A 24 DE DEZ. DE 1974 • PREÇO CR\$ 3,00

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

o lisboato & o intelectualoio
o perigo das multinacionais
o capitalismo e o
serviço nacional de saúde



entrevista com o
cientista
mário pinto

atuação
revolucionária
das
f.a. portuguesas

liberdade do povo
exige a dedicação
dos militares

sete milhões
de cruzeiros para
o teatro

Não há motivos para não dizermos, com aquela franqueza característica da gente lusa, que os portugueses não estavam habituados a ver objetividade, nem autenticidade, nem defesa de interesses seus, na atividade e nas palavras dos que se apresentavam como seus representantes ao diálogo com o Brasil. Se o sentimentalismo, também típico do nosso povo, o levava por vezes a demonstrar publicamente simpatia por essas pessoas e pelas iniciativas que tomavam, não deixava ele, por outro lado, de sentir tristeza e frustração ao verificar que, falando em seu nome, tais "representantes" buscavam apenas resultados políticos para uso do regime dentro e fora do país.

A recente visita do Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Portugal, pelo clima em que decorreu e pela forma como foram abordados os assuntos de interesse mútuo constitui, portanto, um acontecimento novo e sumamente auspicioso para o futuro das relações entre os dois países.

Sempre sentimos que os laços de amizade que unem as duas nações estão acima das circunstâncias e dos homens, mas achamos importantíssimo que tal fosse afirmado no encontro de Lisboa, por-

que isso equivale a reconhecer a inevitabilidade de diversidades e a disposição de aceitá-las e conviver dentro delas. Há um vasto campo de interesses comuns que pode ser explorado com proveito para os dois povos, campo esse que se alargará e irá assumindo contornos mais definidos à medida em que Portugal for avançando em direção às três grandes metas estabelecidas pelo programa do MFA: democratização, descolonização e desenvolvimento.

Aliás, o primeiro passo nesse sentido já está dado com a decisão dos ministros Azeredo da Silveira e Mário Soares de se fazer o levantamento dos textos dos inúmeros acordos firmados, até hoje, de insignificante repercussão prática, para destacar e dar efetividade àquilo que neles houver de substancial. O que também significará desmistificar o passado.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO, como porta-voz dos democratas portugueses no Brasil, exprime a sua satisfação pelos resultados da visita do chanceler Azeredo da Silveira à Lisboa e saúda, com esperança e otimismo, o novo espírito que anima as relações Brasil-Portugal.



O brigadeiro Vasco Gonçalves na Academia Militar. Ao seu lado, o Gal. Carlos Fabião que presidiu à sessão.

netram que os problemas militares estavam indissolúvelmente ligados aos problemas económicos, políticos e sociais, eles verificaram que não tinham outro caminho a seguir senão o de fazer uma revolução que libertasse Portugal do estado em que vivia."

"Como se violaram as consciências dos militares"

"Eu verifiquei, muitos de nós verificamos, aquilo que nos mentiam ali naquelas salas, ali em baixo, quando se faziam palestras sobre as guerras coloniais. Isso era verdadeiramente impressionante. Como se violavam as consciências dos militares! Um ar triunfalista, um ar quase tecnocrata, ao tratar questões profundíssimas, como eram essas questões humanas das relações de Portugal com os povos das colónias portuguesas. Nunca mais me poderei esquecer de certas palestras que por lá ouvi. Os militares sofreram muito para aprender naquela vida quotidiana em África, no mato, a diferença que havia entre as belas palavras que aqui lhes diziam e a realidade prática da vida, entre aquilo que fazíamos e os objetivos daquilo que estávamos a defender. E por isso foram conduzidos a tomar nas suas mãos o destino do País e a criar condições para que, não obstante todas as dificuldades presentes, não obstante todos os inimigos, conduzamos processos de descolonização que podem vir a ser o orgulho da nossa pátria. Estamos criando, hoje, em África, novas pátrias de expressão portuguesa, não obstante catorze anos de luta — e de luta da mais dura."

"Eu desejo pedir licença, antes de mais, para afirmar, sem ambiguidade, que o 25 de Abril não teve em mim o seu principal obreiro: teve apenas um modesto obreiro. Foi o produto de uma obra coletiva, na qual colaboraram vários camaradas que aqui estão presentes, do modo mais brilhante que se pode imaginar, para quem preza acima de tudo as virtudes militares, a ética militar, o amor da sua Pátria, que é o amor do seu povo. Eu não posso deixar de dizer que estou profundamente comovido ao vir aqui, a esta escola, onde entrei em 1942, e onde, hoje, posso falar livremente, aqui neste local.

Como éramos nós educados entre 42 e 46? Num regime de opressão fascista. A regra era essa, era o traço dominante, não obstante haver aqui oficiais que assim não procediam. Podem-se contar pelos dedos aqueles que eram para nós exemplo de virtudes militares, porque os militares, como vós sabeis, e em particular os jovens, gostam de ver brilhantes exemplos de virtudes militares à sua frente. Mas nós não tínhamos, infelizmente, esses exemplos, salvo raras exceções; uma delas, a quem me vou referir, e por já ter morrido, era tenente Costa Gomes, que foi uma vez corrido daqui, da escola, por ter sabido assumir as suas responsabilidades, as responsabilidades de um compromisso que tinha tomado em relação aos cadetes.

Como éramos nós aqui educados? Num espírito elitista. Havia até quem cultivasse a antinomia paisanos-militares, escamoteando a verdadeira situação histórica, porque, afinal, o Exército a que nós pertencíamos estava servindo grupos restritos, minorias de paisanos que tinham, entre nós, posições privilegiadas, que lhes permitiam viver e explorar o País de uma maneira quase — pode mesmo dizer-se — desregrada.

Os jovens entravam para aqui cheios de ideais. Eram consciências puras, grande parte deles. Essas consciências eram violadas pela educação que aqui era ministrada. Aqui, nesta parada do corpo de alunos, o exemplo que se nos dava era o do Exército nazi, era o do exército alemão. Dizia-se-nos assim: "os exércitos são os espelhos das nações e o Exército prussiano é o espelho da nação alemã. É esse o espelho que deveis seguir", era isso com que nos educavam,

Diario de Noticias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

era isso que nos diziam aqui nesta escola."

"Uma educação obscurantista e fascista"

"Os jovens, portanto, digo eu, que eram praticamente virgens do ponto de vista ideológico, do ponto de vista político, do ponto de vista dos conhecimentos humanos, das Humanidades —, pouco mais sabiam do que aquilo que tinham aprendido no liceu e mal —, eram aqui violados nas suas consciências. Dava-se-lhes aqui uma educação grandiloquente, falavam-se-lhes em altos valores da Pátria, da disciplina, mas invertia-se completamente o seu conteúdo. Esses homens, grande parte deles, mais tarde verificaram que tinham sido aqui enganados, na Escola do Exército. Era cultivado aqui o obscurantismo.

As pessoas que se interessavam mais pelos problemas do seu tempo, eram quase consideradas subversivas. Ter a "Seara Nova" na Sala de Alunos era quase um ato de coragem. Eu, por exemplo, fui uma vez agredido por um professor que me viu a ler a "República".

Não havia, portanto, aquele verdadeiro exemplo que faz a grandeza de uma escola militar. Mas, felizmente, alguns sobreviveram a esses exemplos que aqui receberam. Havia, de fato, raras exceções de militares, cujo exemplo devíamos seguir. E eu tenho a alegria de ver aqui entre nós alguns desses que eu respeitava profundamente. Permitam-me que não diga os seus nomes, a sua modestia decerto seria afetada e não quero, também melindrar outros camaradas, com um erro ou omissão.

Era, portanto, uma educação desse tipo, obscurantista e fascista, que formava as nossas consciências, e não foram muitos aqueles que sobreviveram, do ponto de vista ideológico, a essa educação que receberam, refletida em toda a gama de compromissos e subserviências que caracterizam a nossa vida militar até ao dia 25 de Abril. Basta dizer-se que,

no meu tempo um homem para se casar tinha de apresentar um atestado em como o seu sogro lhe garantia uma pensão de trezentos escudos por mês...

Hoje, a Escola do Exército tem como patrono Norton de Matos. Onde é que isto era possível há meia dúzia de anos? No meu tempo, ou um pouco mais além, em 1948, Norton de Matos era acusado de agente subversivo da sociedade portuguesa. Por isso, é natural que os homens do meu tempo tenham dificuldades em compreender o processo que hoje se desenvolvem. Estes processos a uns fazem muita confusão; outros são incapazes de os compreender, porque não evoluíram em contato com a vida quotidiana. Contudo, as condições foram-se modificando. O processo inexorável dos povos obrigou, até, a modificar os métodos de ensino, aqui, na Escola do Exército. E, mais tarde, as guerras coloniais colocaram os oficiais perante a realidade prática da vida militar. E aí muitos deles viram ruir tudo o que de grandiloquente lhes tinham aqui ensinado; e no contato quotidiano com essa vida foram esclarecendo os seus espíritos, forjando nas suas almas e nos seus corações — como eram homens que sentiam profundamente a sua Pátria —, podemos dizer, com orgulho, que esta Escola do Exército, a Academia Militar, teve um papel muito importante na gestação do 25 de Abril. Estão aqui vários oficiais que desempenharam um papel fundamental no processo do Movimento dos Capitães. Esse processo é exemplar, pela maneira como as consciências se foram esclarecendo sobre as relações do mundo que nos rodeia. Partindo, essencialmente, do problema militar, os militares, que, de maneira nenhuma, tinham idéias subversivas, foram, a pouco e pouco, verificando que os problemas eram fundamentalmente políticos. Essa famosa educação apolítica que nos davam não passava de uma farsa e de uma mentira ao serviço de interesses inconfessáveis. E quando esses briosos oficiais se compe-

Haveria muitos outros aspectos a considerar no programa de subserviência sistemática que o Governo tinha para os servir dos militares; e havia esta tradição formidável — é que os militares, por um lado, serviam esse Governo e, por outro lado, esse Governo servia-se deles. Não vamos mais longe: vamos até à nossa própria situação económica, quotidiana. Os níveis dos vencimentos que auferiam os militares, que os obrigavam, a maior parte das vezes, a procurar noutras atividades o complemento absolutamente justo para satisfazer as suas necessidades materiais e mesmo as suas necessidades espirituais. Pois bem, esses militares teriam de criar condições para viver quer em Chaves, quer em Bragança, quer em Lisboa. Isso era um meio de pressão. Quer dizer: um militar era um homem que tinha de ter várias profissões ao mesmo tempo, e isso servia aqueles que nos oprimiam, como meio de pressão, porque é claro que um homem, quando se instalava em Chaves, ou em Bragança, ou em Lisboa, ou em Coimbra, o conserto, graças ao seu trabalho, que lhe saía do seu corpo — por isso a gente olha para eles e estão envelhecidos, não contando, evidentemente, com o sofrimento que causaram as guerras de África —, esse homem via-se muitas vezes obrigado a engolir "sapos vivos" para não perder situações que poderiam afetar fortemente a sua família. Não havia a base material conveniente que possibilitasse a verdadeira dignidade, espiritual. E assim nós fomos conduzidos a um estádio que o general Humberto Delgado classificou, em 1958, dizendo que os militares tinham deixado de andar fardados nas ruas. E eu por mim digo que só voltei a ter orgulho em andar fardado, na rua, depois do 25 de Abril."

"A propósito de Salazar..."

"Eu desejaria, aqui, chamar a atenção, mais uma vez, para o papel que um grupo de jovens da Academia Militar teve no desenrolar dos acontecimentos

	LOIDE NACIONAL corretora de seguros lta.	Carteiras de seguros:
	Largo do Arouche, 337 — 10.º andar Telefones: 220-0607 — 220-0650 — 220-5008 CEP 012019 — SÃO PAULO	Lucros Cessantes — Vida — Roubo — Riscos Diversos — Importação — Acidentes Pessoais — Fidelidade — Automóveis — Vidros — Seguro Educação

que conduziram ao 25 de Abril. Esses homens poderiam também, hoje, ser os patronos dos vossos cursos. De maneira nenhuma está aqui uma crítica a Norton de Matos — foi um grande português e um militar perseguido, e até o acusaram de querer matar a Salazar. E a propósito de Salazar, deixem-me contar um episódio para mostrar o que era o obscurantismo da época em que eu cá vivi. Uma vez, foi uma missão a Tanger, que levou daqui oficiais do corpo de alunos e cadetes. Eu não fui nessa missão, mas, na volta, perguntaram a um desses oficiais como tinha decorrido a viagem. Que tinha sido uma missão boa, que se tinha passado tudo bem. Uma vez perguntaram-nos “como é que vocês resolvem por lá esses problemas da política?; vosses falam lá muito em política, nos vossos quratóis?”. Esse oficial, muito satisfeito, com ar alegre (ele é vivo ainda, esteve há pouco tempo preso e hoje está libertado), esse oficial voltou-se para os cadetes que o rodeavam e disse assim: “Eu respondi-lhes facilmente: nós lá em casa, temos um homem que pensa por nós — é o Oliveira Salazar.” Era esta a mentalidade que procuravam instalar nos alunos da Academia Militar. Pois bem, esses homens, que quebraram todas as hierarquias, antes do 25 de Abril, esses homens pertenciam à Academia Militar, esses homens eram profundamente disciplinados. As relações entre eles são um modelo de disciplina. A disciplina hierárquica formal foi quebrada, como todos nós sabemos, para o fim, perto do 25 de Abril, nós não ligávamos a essa disciplina hierárquica, formalista, mas tínhamos outra, disciplina que nos levava a respeitar-nos, mutuamente, nessas reuniões em que nos encontrávamos e não deixávamos de nos pôr em pé quando chegava o mais antigo. Essa a verdadeira disciplina, que pode ser apontada aos novos cadetes. E esses homens têm todas as condições para dar exemplar aos nossos cadetes. Eu desejaria dizer uma coisa — é que um homem não é uma coisa, aqui, dentro da Academia, e outra coisa, lá fora. Um homem é o mesmo em toda a parte. O caráter é o mesmo, aqui e lá fora. Não se pode dar exemplos na Academia, quando não se derem exemplos lá fora, na vida particular. Para tudo isso, os alunos devem estar bem atentos, porque as pessoas, embora não sejam formadas de uma só peça, têm pelo menos, ou devem ter, um só caráter.”

O que nos oferece o futuro?

“Qual é o futuro que nos oferece a situação do 25 de Abril. Nós falamos hoje muito em democratização das Forças Armadas e há gente que se assusta com isso.

Mas vamos lá a ver uma coisa. Há duas maneiras de gerir uma empresa, quer militar quer civil. Isso vem nos livros de gestão de empresas, que estão hoje tão em moda entre nós e que são bem necessários, dado o nosso atraso em todos esses campos. Nós podemos gerir uma sociedade de uma maneira autocrática ou de uma maneira democrática. E muitos dos militares que estão entre nós, desabituararam-se, na própria vida militar, a gerir as suas unidades de maneira democrática. O que é preciso é ligar as coisas.

A gente gere uma sociedade de uma maneira autocrática quando não ouve os colaboradores, quando está convencido de que tem em si toda a ciência, quando quase não ouve os colaboradores, ou os ouve muito pouco. Então, toma decisões e procura impô-las, servindo-se do seu posto hierárquico. Grande parte dessas decisões são erradas, porque toda a gente sabe que uma cabeça pensa menos do que meia dúzia.

Há outra maneira, a democrática, de gerir as sociedades civis e as militares. Consiste em ouvir os colaboradores, os Estados-Maiiores e aqueles que estão mais diretamente interessadas nos assuntos e que consiste na participação que vem escrita no Programa do Movimento das Forças Armadas. Esses homens, ao ouvirem os colaboradores, os interessados e os participantes, e ao tomarem uma decisão, não estão a ser uns libertinos. Estão, antes, a resolver cientificamente os problemas, e estão a resolvê-los democraticamente. Isso é que significa democracia.

Mas a democracia significa mais. Nós temos o dever de nos instruírmos uns aos



O Gal. Carlos Fabião ao despedir-se do Primeiro-Ministro.

outros. E na crítica que a lucidez se aperfeiçoia. Essa crítica não significa indisciplina. Indisciplina é as críticas serem feitas para dentro e não termos ou a coragem ou a possibilidade de as fazer para fora. Isso é que é a indisciplina. Agora, criticar dentro das regras, da tranquilidade, da serenidade e do respeito é trabalhar para o futuro e para o progresso. E os militares têm um grande papel a desempenhar nisso, porque têm obrigação de se consciencializarem uns aos outros, para que não sejam nunca mais joguete na mão de minorias privilegiadas, que utilizam o Exército para se encherem, para dominar o País, para conduzirem a economia dentro dos seus interesses e não dentro dos interesses globais do País. As políticas monopolistas precisam sempre de exércitos a apoiá-las, de exércitos pouco esclarecidos. E nós precisamos de exércitos esclarecidos.”

“No Exército não cabem as lutas partidárias”

“O homem antes de ser militar é um cidadão. Todo o cidadão é político. Essa coisa de se dizer que os militares são apolíticos é falsa. Já se sabe, desde Aristóteles, e muito antes, que o homem é um animal político. Simplesmente, no Exército não cabem as lutas partidárias. Isso faz parte da nossa servidão militar, que é uma das nossas honras. E necessário que tenhamos consciência disso. Nós servimos o nosso povo e para que o nosso povo possa escolher livremente os seus destinos é necessário que não nos embrenhemos em lutas partidárias. Que tomemos consciência dos problemas, sob todos os seus aspectos: político, económicos, ideológicos, científicos, sociais, etc. Sobre toda a gama de problemas do País. Isso é absolutamente necessário e deve fazer parte da cultura dos militares. Por isso, felicito o sr. comandante da Academia, ao criar aqui um Centro de Estudos Sociais. Isso era uma coisa perigosíssima há 20 anos atrás, ou há 30, ou mesmo, talvez há sete meses ou oito...”

Devemos consciencializarmo-nos dos nossos problemas, chamar a atenção para eles. Nós temos, também, o direito de voto. Nós saberemos, amanhã, em quem votar, por quem optar. Mas nós não devemos trazer as lutas partidárias para dentro dos quartéis, nem, lá fora, enquanto no serviço ativo, podemos tomar posição destacada desse ponto de vista. Porque nós somos os homens que temos as armas, utilizamos as armas, e essas armas só podem ser utilizadas ao serviço do nosso povo. Nós não podemos beneficiando de uma situação particular em que nos encontramos, que é aquela de dispormos das armas, de as utilizar. Só

de acordo com a consciência: está o caminho aberto para isso.

A verdadeira disciplina é a disciplina consentida, é aquela que resulta de relações de fraterna camaradagem entre os instrutores e os instruídos, mas essa camaradagem só pode ser baseada na verdade, que era uma coisa que andou longe desta escola, como traço dominante, durante largos anos. A verdade andou longe desta escola. Pois, hoje, há todas as condições para que só a verdade exista nesta escola. É a isso que eu exorto, exorto os alunos, exorto os professores, exorto todos nós, para que só a verdade — e temos condições para isso —, só a verdade conduza as nossas ações. A verdade, a dignidade militar, o brio, a ética. Esses homens que, antes, eram os mais revoltados contra a disciplina formal, eram aqueles que dentro do seu coração mais sentiam deveres da ética e do brio militares. A disciplina exterior deve ser consequência da disciplina interior. Doutra modo, não é disciplina. No meu tempo, cultivava-se muito a disciplina exterior. É necessário que os oficiais andem bem uniformizados, bem engraxados, com os botões limpos. Mas é muito mais necessário que andem com as consciências tranquilas e senhores dos seus deveres com a sua Pátria. Uma coisa não é incompatível com a outra. Mas não se deve dar relevo às botas em relação à consciência — e no meu tempo havia gente que dava relevo às botas em relação à consciência.

Diário de Notícias

CICLO SOCIAL, BRASO 1974

as devemos utilizar em circunstâncias excepcionais, como o fizemos há bem pouco tempo, para impor outra linha de rumo ao nosso país, porque o nosso povo assim necessitava.

Portanto, nós devemos ter, dentro dos quartéis, uma educação política, mas essa educação política não significa partidarismo político, significa precisamente apartidarismo. Deveremos ser capazes de confrontar as nossas idéias, de as discutir, e não levar os militares a tomar posições partidárias. Isso faz parte da nossa servidão militar. Nós temos limitações ao exercício da nossa liberdade. Para que o nosso povo possa exercer a sua liberdade em toda a sua plenitude, é necessário que os militares sacrifiquem uma parte dela. Mas nós sacrificamo-nos, orgulhosamente, se estivermos ao serviço do nosso país, da nossa Pátria, o que quer dizer, do nosso povo, do nosso povo de carne e osso, com o qual nos cruzamos todos os dias na rua, que tem problemas, que temos obrigação de ajudar a resolver. Essa é que é a nossa Pátria. A nossa Pátria é o nosso povo de carne e osso.

Evidentemente que nós temos características históricas. A nossa vida histórica com certeza que informou a nossa formação, o nosso psíquico, a nossa maneira de reagir. Tudo isso é certo, mas a Pátria traduz-se, quotidianamente, em todos nós.”

“A verdadeira disciplina é a disciplina consentida”

Eu julgo que, hoje, estão abertas as condições para que se estabeleçam melhores relações entre os instrutores, os professores e os alunos, relações que devem ser caracterizadas por aquelas virtudes que tantos de nós ambicionávamos, quando não as víamos aqui, à frente, como traço dominante. Eu não afirmo que não houvesse aqui oficiais que fossem exceções.

Sempre as houve, e a gente do meu tempo até as podia apontar aqui, olhando para vários camaradas que aqui estão, mais velhos do que nós. Mas não era esse o traço dominante. O que caracterizava a formação militar não era isso, mas é isso que pode caracterizar a formação militar depois do 25 de Abril — a lucidez, a consciência dos problemas, a crítica, os olhos bem abertos, o porte altivo e esta coisa formidável que é pôr as ações de acordo com a consciência, isso que custou tanto a tantos militares que nós aqui estamos a ver, desses que fizeram o 25 de Abril, os problemas de consciência que tiveram. Pôr as ações

Quería, ainda, chamar a atenção dos camaradas para a compreensão necessária em relação ao processo de descolonização. Não basta dizer: acabou a guerra, e pensar que os assuntos estão arrumados. Temos responsabilidades históricas. Temos feridas a sarar. Temos pátrias de expressão lusiada a criar. Isso necessita de muita dedicação, de muita consciência, de muita formação militar. A nossa missão não terminou, apenas porque foi feito o cessar-fogo ou porque certos territórios estão a caminho da independência — a Guiné já alcançou a sua. A unidade das Forças Armadas, a consciência do processo que vivemos, é uma condição absolutamente necessária para garantir que o processo de descolonização continue. E esse processo de descolonização fica caro, muito caro à nossa Pátria. Não podemos, de um dia para o outro, reduzir as despesas nessa matéria, porque temos de defender os interesses dos portugueses que lá estão — os legítimos interesses dos portugueses que lá estão e não daqueles que vendiam o vinho às colheiras, como vocês sabem. Temos de contribuir para o nosso acesso à independência desses povos no seio dos quais vivemos quinhentos anos, por isso, também faço um apelo à compreensão desses processos de descolonização, que tanta dedicação e entusiasmo e espírito de sacrifício necessitam da parte dos militares.

Finalmente, desejo fazer uma exortação a todos os nossos camaradas. Somos, hoje, de fato, o motor do desenvolvimento da nossa Pátria. Temos de ter a consciência disso. Os militares estão espalhados não só pela atividade militar propriamente dita, como pela atividade civil, nos mais amplos setores. Eles são pedidos, são requisitados. O povo pede-nos. “Venham cá os homens das Forças Armadas, do Movimento das Forças Armadas”. É um grande orgulho para nós, quando no meu tempo, éramos considerados os algozes do nosso próprio povo.

Mais nada quero dizer, a não ser que tenham uma grande confiança, não obstante todas as dificuldades que temos, de todos os inimigos que temos. Tenham uma grande confiança no futuro da nossa Pátria, porque está a ser forjada por todos nós, e isso era necessário que fosse feito — que a Pátria pudesse ser forjada por todos os portugueses. Era preciso que todos os portugueses se sentissem em sua própria casa, quando estão aqui, na sua própria Pátria. E essas condições nós as criamos. Nós, estes camaradas que por aqui se encontram, na Academia Militar, por exemplo, e nos outros lados. Peço-lhes que me acompanhem num viva às Forças Armadas Portuguesas e à nossa Pátria e ao nosso povo.

Viva a Pátria Portuguesa!”

O capitalismo e o serviço nacional de saúde

A experiência disponível, nossa e dos outros, ensina-nos que, nos tempos que correm, um serviço nacional de saúde que pretenda atingir um mínimo de eficiência e justiça social, terá de atender a quatro ordens de ações: ação sanitária, cuidados primários da saúde, cuidados diferenciados, incluindo os hospitalares, a recuperação e retaguarda.

Por outro lado, importa não esquecer, que o serviço nacional de saúde a ser instituído em Portugal não poderá alhear-se da condição sócioeconômica vigente: somos um país em vias de desenvolvimento, que deixou atrasar demasiado a sua organização de cuidados da saúde.

Quais são, então, os principais quesitos a que deve responder o serviço nacional de saúde em Portugal?

A exposição que fez há dias na RTP o secretário de Estado da Saúde, dr. Cruz Oliveira, trouxe à luz do dia, e agora com propósitos de reatualização, um tema sócio-médico de grande vulto. A instauração de um Serviço Nacional de Saúde consta no Programa do M.F.A. e, por conseguinte, está nos designios do Governo Provisório, como ainda há semanas afirmava o ministro dos Assuntos Sociais, eng.^o Maria de Lurdes Pintassilgo. Quem estiver pouco familiarizado com o assunto, pensará que a idéia de um serviço médico nacional, surgiu de um dia para outro. Não foi assim.

Tudo tem uma história e, particularmente na nossa terra, onde o passado prepondera a tantos títulos, a idéia do Serviço de Saúde também tem a sua origem, o seu desenvolvimento, aliás, cortado de reveses, de avanços e retrocessos.

Em 1958, numa grande assembleia da Ordem dos Médicos, foi deliberado nomear uma comissão para o estudo das Carreiras Médicas, a qual no fim de pouco mais de um ano apresentava um primeiro relatório. O mesmo sucedeu com as seções do Porto e Coimbra. Os três relatórios vieram a fundir-se num único — o Relatório das Carreiras Médicas (1961), o qual foi aprovado numa assembleia geral da Ordem.

Este documento, que passou a constituir a doutrina oficial da Ordem dos Médicos é, de fato, um projeto de modificação profunda dos nossos serviços, e não apenas, como o título indica, das carreiras profissionais.

Os médicos procuraram resolver uma situação delicada e paradoxal: havia nessa altura, e ainda há, muitíssimos doentes sem médico e, por outro lado, muitos médicos sem doentes, isto é, sem trabalho.

Este estado de coisas derivava de causas múltiplas, entre as quais sobressaía a insuficiência da medicina de tipo liberal que cuidava mais dos ricos que dos pobres ou, dizendo de outra maneira, que sujeita às leis da oferta e da procura e do lucro, concentra os médicos e os melhores hospitais nos meios urbanos e, dentro destes, em certas zonas ou bairros, abandonando quase por completo, às áreas periféricas. A medicina liberal, tradução médica do capitalismo concorrencial, tem dois inconvenientes — estabelece a desigualdade entre os doentes, segundo a classe social a que pertencem; além disso, ocupa-se de preferência da medicina curativa (tratamento), desinteressando-se da medicina social e da saúde pública.

No Relatório das Carreiras Médicas considerou-se a situação geral

e, dentro dos limites impostos pelo sistema econômico-político da época, estabeleceram-se as seguintes diretrizes:

1.º — Coordenação da Medicina curativa com a Medicina preventiva e recuperadora;

2.º — Predomínio das atividades preventivas sobre as curativas;

3.º — Unidade de concepção, direção e execução da política da saúde;

4.º — Integração dos hospitais e serviços afins (consultas, dispensários, postos da Previdência), num sistema de serviços — Serviço de Saúde — composto por uma unidade integradora primária (Hospital Sub-Regional-Centro de Saúde) e por unidades superiores funcionalmente diferenciadas (Hospitais Regionais e Centrais).

A finalidade do Serviço de Saúde consistia, segundo o Relatório, em "garantir a qualquer indivíduo, no momento necessário, os cuidados médicos de que precisa", ou seja, todos os portugueses, fosse qual fosse a sua situação econômica, deviam ter direito ao mesmo nível de serviços médicos (prevenção, tratamento, recuperação).

A doutrina do documento foi capitulada de socialista, pelas instâncias oficiais daquele tempo e pelos médicos mais conservadores (que eram, e ainda são, quantidade apreciável).

A verdade é que o Relatório não logrou a audiência suficiente para poder, entrar em execução. Morreu ao longo de todos estes anos nas estantes e nas gavetas do esquecimento, sendo apenas lembrado de quando em quando por alguns médicos que colaboraram nele ou pela falange progressista da profissão. O resto foi silêncio. Mas como as idéias eram justas, como as soluções defendidas estavam de acordo com a evolução da medicina e das sociedades modernas, como os serviços médicos eram cada vez mais solicitados e cada vez menos capazes de satisfazer as necessidades da população de pequenos recursos, as coisas agravaram-se dia após dia, até atingirem o ponto em que estão.

Em duas palavras: o nosso estado sanitário é baixíssimo, comparado com os padrões europeus; a assistência médica curativa, prestada nos Hospitais e nas Calças, tem um nível inferior e, além disso, existem filas de espera de tamanho inacreditável obrigando-se os doentes a suportarem a doença tendo direito a serem tratados como beneficiários que são.

Como nos Postos e nos Hospitais têm de aguardar a consulta (meses



Prof. Miller Guerra

e, às vezes anos!) recorrem à medicina particular, ou medicina livre, pagando assim duas vezes os serviços (os oficiais que não utilizam e os particulares que utilizam, mas que são caros).

Para acentuar o desconcerto, é o próprio Estado (por intermédio da Previdência) que facilita o acesso à medicina livre, fornecendo serviços de má qualidade de onde os doentes fogem, quando podem.

Tudo isto e muito mais expôs ao País o Secretário de Estado da Saúde na R.T.P., embora de uma maneira mais completa e suave.

Um último ponto: confunde-se a cada passo a socialização com o socialismo, julgando-se que socializar a medicina é instaurar o socialismo, começando pela Saúde.

As duas noções aplicam-se a realidades diferentes, como se pode ver até pela significação que se lhes atribuiu na vida quotidiana. Salvo muito poucas pessoas, toda a gente concorda com a socialização da medicina, isto é, com a possibilidade de se tratar, a si e à família, gratuitamente.

Os próprios representantes das classes privilegiadas, aceitam, e defendem, a socialização dos serviços médicos, mas combatem encarniçadamente o socialismo. O termo socialização é muito ambíguo. Socialização traduz um movimento evolutivo para um estado em que as relações dos homens se tornam mais densas e em que certos serviços coletivos são colocados ao dispor da população em geral. A socialização da medicina, dos transportes, da energia, etc. aproveita a todas as classes sociais. O capitalista tem vantagem nisso, pois o sistema econômico não se prejudica, pelo fato de certos serviços pouco ou nada rentáveis, serem postos à disposição de todos. Além disso, quem possui disponibilidades econômicas, pode continuar a recorrer à medicina particular, ficando assim duplamente protegido: pelo Estado e pela fortuna pessoal.

Há, portanto, um risco no estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde que vem a ser o de poder ficar isolado no meio de um sistema econômico capitalista, fazendo-se a socialização à custa dos médicos.

A socialização de um ramo de atividade, só é proveitosa se acaso fizer parte de um movimento geral de socialização verdadeira, isto é, se acompanhar a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, o estabelecimento da igualdade social, e, termo final, a supressão das classes sociais.

"República"

Atuação revolucionária das F.A. portuguesas

"Penso que, no momento atual, no Terceiro Mundo, o Exército Português é aquele que desempenha o papel mais interessante. Nunca se viu nada de semelhante e provavelmente para a Esquerda francesa o caso tem muito interesse, porque sabemos muito bem que não há possibilidades de pensar em ascender a um regime socialista, qualquer que seja o sentido que se dê a este termo, sem que novas relações se estabeleçam entre as Forças Armadas e as classes populares e sem que, de uma certa maneira, as Forças Armadas possam encarnar uma nova aliança de classe — afirmou-nos Alain Joxe, professor da Escola Prática de Altos Estudos e do Centro de Política Internacional de Paris, que se encontra há cinco dias em Portugal, precisamente para se certificar do processo de democratização em curso no nosso País e estudar o papel dos militares neste processo. O prof. Joxe é igualmente especialista em sociologia militar e, portanto, está duplamente interessado em conhecer todos os pormenores da atuação do Movimento das Forças Armadas, atuação essa que confunde os especialistas, visto fugir aos cânones tradicionais, à teoria "que vem nos livros".

(...) Após reafirmar a sua admiração pela conduta dos militares portugueses ("nunca tinha visto um exército empenhado numa descolonização construir ao mesmo tempo a Democracia e preparar eleições internas; é sem dúvida um Exército Revolucionário"), o prof. Alain Joxe declarou-nos, a respeito da evolução da situação política em Portugal:

— Prevejo que se a crise em que o mundo capitalista está atualmente mergulhado for uma crise estrutural, como muitos pensam, teoricamente a solução desta crise não pode ser alcançada em todos os países por uma nova expansão do sistema capitalista. Então Portugal em virtude da conjuntura e também, provavelmente, em virtude de características muito particulares, através das quais ele aborda a conjuntura, tem talvez oportunidade de estabelecer um regime socialista na Europa, que será evidentemente muito original em relação às experiências sociais-democratas europeias existentes.

Para o especialista francês, num tal caso de passagem do capitalismo ao socialismo, o papel a desempenhar pelos militares prende-se "com o problema de justificar a existência das Forças Armadas, do Exército, ao nível da defesa nacional, porque esta é a definição de qualquer exército — garantir a defesa nacional. O problema está, então, em saber se se pode adotar uma nova definição da defesa nacional em função do projeto político prosseguido pela coligação das forças populares".

"A Capital"

SEculo XXI
LIVROS
Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

CENTRO DE NEGÓCIOS PAULISTA
"Os bons negócios fazem bons amigos"
Técnicos especializados em avaliações, instalações e orientação de estabelecimentos comerciais.
Rua 15 de Novembro, 13 — 3.º andar
Tels.: 36-8784 e 35-8077 — São Paulo

"Peço desculpas pela minha intromissão, mas li nos jornais dessa Metrópole a chegada do Capitão Sarmiento Pimentel procedente de Portugal. Talvez fosse interessante uma entrevista com o mesmo. Aproveito a oportunidade para mais uma vez congratular-me com os companheiros pela forma democrática que vêm imprimindo à nova fase do nosso jornal e pelo modo como as Forças Armadas vêm conduzindo a situação em Portugal. Será que é interessante realizar as eleições em março, quando a máquina da ditadura só agora começou a ser desmontada, como aconteceu na minha terra, onde só agora mudaram o governador civil de Viana e a junta de freguesia de Vila da Praia de Ancora ainda há pouco era a mesma dos tenebrosos tempos, que nada recomendava pelos seus atos, como pude verificar? Os padres ainda se julgam no direito de enganarem o povo com o bicho-papão do comunismo. Eu ainda estou com vontade de ir lá, para ver o novo Portugal e ver se ainda posso ajudar velhos combatentes, embora eu não seja um Cap. Pimentel, que ainda vai ser deputado à Constituição, o que é uma homenagem merecida. Eu tenho medo dos meus 76 anos. Desculpem-me, mas como me acho tão isolado em assuntos da nossa terra, sinto-me bem dialogando com os Companheiros". Cesar Telles, Campo Grande (MT).

Nós também nos sentimos bem dialogando com pessoas como o senhor. Escreva sempre. Quanto às eleições, não são poucos os que pensam da mesma forma. No entanto também há razões em contrário e, ao que sabemos, já estão marcadas para 30 de março do próximo ano.

Fim da 2ª guerra e a continuação do fascismo

PARIS — O delegado português na 18.ª Conferência Geral da UNESCO acusou os vencedores da II Guerra Mundial de terem desprezado os interesses e o sofrimento do povo português e de praticarem um erro grave, ao permitirem que o vírus do fascismo permanecesse neste país, o que provocou "a vida póstuma do obscurantismo salazarista" e, daí, "a eclosão e excepcional duração da triste guerra colonial em África, que nos afastou do convívio das nações".

O delegado de Portugal, dr. Antonio Martins Coimbra, pediu a palavra para explicar que a sua delegação compreendia, respeitava e partilhava os sentimentos que tinham ditado o referido projeto, mas que não lhe escapava que o texto faz parte daqueles que "dividem em dois campos as delegações de Leste e do Oeste", tanto mais que "cada país comemora regularmente a mesma data, todos os anos, em sua própria casa".

"A nossa posição sobre este projeto não será lesiva do sentimento dos seus subscritores", disse, "nem refuta

Portugal no verdadeiro caminho para a democracia

— acentuou Kennedy à partida de Lisboa

O senador Edward Kennedy, nas breves declarações, feitas à sua partida, aludiu às excelentes impressões que levava deste contato com a nova realidade portuguesa. "Como senador, disse, levo para o senado do meu país uma magnífica impressão do verdadeiro caminho que em Portugal se percorre para a democracia, no sentido da política e da igualdade social".

"O pluralismo significa uma vasta liberdade de expressão, quer disponhamos de dois ou de dez partidos, porquanto se trata de um sistema político que ganha força no livre jogo de opiniões, que sob várias formas procuram atender as necessidades de cada nação e do seu povo".

"Essa situação — continuou — também se fortalece com as garantias dadas aos livres direitos do homem — livre expressão de pensamento, imprensa livre, direito de reunião e associação, direito à instrução, ao culto, ao comércio e à livre iniciativa".

A propósito das liberdades de imprensa (que apontou como "bastião da liberdade em todo e qualquer país democrático"), citou o "Caso Watergate" como uma demonstração de liberdade e como ela em si poderá preservar as liberdades individuais e vigiar as instituições democráticas e governamentais.

Referiu, depois, Péricles e os primeiros passos da democracia no mundo, que sintetizou assim: "O segredo da felicidade é a liberdade e o segredo da liberdade é a coragem". Mencionando o irreversível processo de descolonização em que Portugal está empenhado, Kennedy declarou:

"Também fomos, outrora, um país colonizado — uma nação que conquistou a sua independência depois de uma guerra amarga e prolongada. Ainda recentemente — prosseguiu — a juventude americana e, sobretudo, milhões de estudantes universitários pagaram com a sua vida no Vietnã o preço do esclerótico imperialismo, defendido e promovido pelo meu país".

"Hoje — acentuou — uma vez que se aproxima o bicentário da nossa independência, sentimos uma responsabilidade muito particular em trabalhar para as repúblicas mais jovens, no seu esforço para aliar os seus valores próprios e fortalecerem a sua identidade".

Referindo-se em seguida a Organização do Tratado do Atlântico Norte, salientou que "nenhum dos seus estados membros é governado por uma ditadura". "Ora — observou — Portugal é um país importante no mundo ocidental e cujos interesses e necessidades têm de ser ouvidos no meu país e os laços de amizade entre ambos renovados e reforçados".

"Necessitamos — acentuou na parte final da sua alocução — de um sistema de trocas que não só assegure o livre acesso aos mercados, mas, também, à alimentação, à energia e às matérias-primas; necessitamos de um sistema monetário que promova o florescimento do comércio e combata a inflação; necessitamos de encontrar meios comuns para tentar resolver os problemas de país para país e de todos os países; e necessitamos de alargar as bases de cooperação, de trabalhar com nações de riqueza e poderes novos para ajudarmos os países em vias de desenvolvimento e irmos ao encontro do mundo socialista".

"Portugal pode — disse — concluir e antes de evocar uma das estrofes de Camões — assumir um papel produtivo como catalizador da prosperidade no seio da comunidade europeia das nações."

★ "Não vou negar que não haja agentes da C.I.A. em Portugal" Kennedy manteve um encontro com elementos dos órgãos da Informação portuguesa nas instalações do semanário "Expresso", no dia 20 de novembro.

Interrogado pelos presentes acerca de uma eventual intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos de Portugal e o papel, de fato, da C.I.A. para levar por diante os seus propósitos imperialistas, Ted Kennedy não negou essa hipótese, acrescentando que a presença efetiva da sinistra organização secreta e policial americana em Portugal "não é uma atoarda facilmente desmentível. Não vou afirmar — aludiu — que não haja agentes da C.I.A. em Portugal".

Após esse contato informal com os jornalistas, Kennedy e a comitiva dirigiram-se para o gabinete do Ministro Vítor Alves onde estava previsto um encontro entre Ted Kennedy e oficiais do Movimento das Forças Armadas. A reunião, que durou meia hora, teve além do referido ministro sem pasta, as presenças do brigadeiro Saraiva de Carvalho, capitão Pinto Soares, comandante Contreiras e tenente-coronel Charais.

★ Irrealista a implantação do comunismo em Portugal

A respeito de notícias de que a C.I.A. estaria a atuar em Portugal, o senador Kennedy, na conferência de imprensa realizada no Centro Cultural Americano, fez questão de salientar que para se fazerem acusações dessa natureza eram necessárias provas documentais. E acrescentou que, antes de partir para a viagem que o trouxe, como última escala, a Lisboa, disse ter perguntado, em Washington, se a C.I.A. estava a atuar em Portugal.

A resposta, que obteve das entidades governamentais norte-americanas, foi de que tal não acontecia.

No entanto, o senador ressaltou que a mesma resposta fora dada sobre a questão chilena.

Sobre a possibilidade de instauração de um regime comunista em Portugal Edward Kennedy, considerou-a irrealista e afirmou que esperava que o Povo português saiba dizer não aos extremismos, quer da esquerda quer da direita.

"Nós, nos Estados Unidos, observamos com grande interesse os acontecimentos em Portugal, com a esperança de que os objetivos sejam atingidos. Tenho a certeza de que o Povo americano tem a intenção de cooperar com o Povo português para atingirem esses objetivos", acentuou, o senador norte-americano.

Noutro passo, e a propósito de uma afirmação sua na conferência proferida na Gulbenkian, segundo a qual teria dito que "nós trabalharemos convosco", Edward Kennedy, sublinhou que essa colaboração se situaria em vários setores, nomeadamente no económico com apoio à agricultura, indústria e outros setores.

Ainda sobre a alegada atuação da C.I.A. em Portugal, Kennedy, fez notar que ao existir qualquer prova de fatos relacionados com isso, o Congresso ocupar-se-á do assunto.

Para terminar, teve ainda estas palavras, a traduzir uma perspectiva de futuro:

"Prometo voltar novamente a este país livre e com um Governo devotado ao Povo. O meu obrigado ao Povo português, cuja amizade e calor humano levo comigo, como oferta ao Povo americano."

(de "O Primeiro de Janeiro")

Edison Rodrigues-Chaves Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas
701 a 704 - Telefone: 34-7064
SAO PAULO

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA
Consertos e reparos de máquinas e ferramentas
SERVIÇO DE TORNO E PLAINA
SOARES & BAPTISTA LTDA.
Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo

Agora aos Domingos
Das 11.00 às 12.00 horas "Portugal sem passaporte"
TV Tupi - Canal 6
Rio de Janeiro

os argumentos dos que o contestam".

"Para nós, infelizmente, a ruína da Itália fascista e da Alemanha nazi não significou o fim do fascismo. O povo português acreditou, nessa altura, que soara a hora da sua libertação e as forças democráticas estavam prontas no nosso País, para tomar e exercer o poder, num contexto mundial que justificava ainda todas as esperanças. Todavia, por conjunção de motivos e circunstâncias que seria longo, e inoportuno evocar neste momento, foi-lhes retirada a oportunidade de entrarem em ação. Dir-se-ia que os vencedores, atentos a uma noção, aliás, discutível, do equilíbrio do Mundo, se puseram de acordo para deixar subsistir no nosso País o fascismo que uns e outros condenavam".

Agir deste modo, prosseguiu, "era ignorar, ou antes desprezar, os interesses e o sofrimento do povo português. E era simultaneamente laborar num erro grave. Pensou-se, erradamente, que o vírus do fascismo nas dimensões de um pequeno país, não seria perigoso para a saúde dos outros. Para evitar um pseudo problema imediato, prepararam-se, deste modo, prejuízos reais e gravíssimos. O fato de o abcesso não ter sido aberto em 1945, o fato de os manifestantes da vitória no nosso País terem encontrado fechadas e silenciosas as embalagens a que acerriam, o fato de os emissários dos resistentes portugueses terem esbarrado, no estrangeiro, contra a prudência e a reserva dos que aceitavam recebê-los — e não eram todos —, tudo isso contribuiu para que se deixasse passar uma grande ocasião".

Contributo português

Prosseguiu, disse: "Foram esses fatos e outros que determinaram o que se pode chamar a vida póstuma do obscurantismo salazarista. Daí a eclosão e excepcional duração da triste guerra colonial em África que nos afastou do convívio das nações".

Gabava-se Salazar de ter poupado ao povo português, mediante uma neutralidade (que nem isso era), os sofrimentos da Segunda Guerra. E, depois dessa economia, lançou o País numa guerra de doze anos, tão cruel como injusta, e que mais teria durado e duraria se o salazarismo não tivesse sido abatido. Abatido, sim, mas quase trinta anos após a queda da Itália fascista e da Alemanha nazi.

"E talvez por isso — disse — que para nós, portugueses, o fim da noite não coincidiu, nem de perto, nem de longe, com o fim da Segunda Guerra Mundial. O fim da noite fascista, para nós, foi a alvorada do dia 25 de Abril de 1974.

Que diferença, para nós, na conclusão das duas maiores conflagrações de todos os tempos! Em 1918, quando Portugal era ainda uma República Democrática, as Forças Armadas portuguesas desfilaram em Paris, no fim da guerra, e passaram, de pleno direito, com as tropas dos outros países democráticos, sob o Arco do Triunfo desta cidade. E em 1945, no dia da vitória, os amigos mais decididos, tanto da Grã-Bretanha como da União Soviética, quer dizer, os que estavam em liberdade, correram mais uma vez o risco, que tão bem conheciam, das perseguições e da prisão.

Não longe do 30.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, em Portugal o Movimento das Forças Armadas, o povo, os partidos políticos democráticos, todos clandestinos, derrubaram, enfim, o fascismo sem a ajuda de nenhum exército estrangeiro, contrariamente a algumas interpretações tendenciosas sobre a situação em Portugal. Tal foi o nosso contributo para as comemorações que se projetam. Contribuímos com atos que fazem a História. E isso permite-nos, já que o fim da guerra, para nós, não foi o fim do fascismo, que nos abstenhamos quanto a um projeto cuja inspiração decerto nos é grata, mas apenas pretende comemorar a História", disse, em conclusão o dr. Antonio Coimbra Martins, que foi muito felicitado pelos delegados dos Estados Unidos, da Bélgica, de Cuba e da Argélia, após a sua intervenção no plenário.

Professor Mário Pinto concede entrevista a "Portugal Democrático"

Antigo catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra, académico e publicista, nasceu em Coimbra em 1901. Doutorou-se em Ciências na Faculdade de Ciências de Paris. Foi assistente de Madame Curie, realizando, no Instituto Radium de Paris, o trabalho "Sur une nouvelle détermination de la période du polonium in Academia das Ciências", em 1927, fixando o período da semi-transformação do polonium.

"Sur l'affinité de l'oxygene pour les electrons", em 1928; "Electrons et ions positifs dans l'arçon pur", em 1928; "Recherches experimentales sur l'electroaffinite des gaz" nos "Anais de Fisica", 1929; "La radioactivité des gaz spontanés de la source de Luso", 1930; "Sur une méthode de détermination de la vie moyenne d'un ion negatif", 1931; "Sobre dois métodos de determinação da probabilidade de Thomson", 1931; "Newton experimentador", Coimbra, 1932. Publicou então trinta livros sobre Fisica até 1947.

Em 1950 é demitido da Universidade de Coimbra e preso pela PIDE a mando de Salazar.

Foi conselheiro científico da Phillips Portuguesa e sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. É atualmente diretor do Museu Nacional da Ciência e da Técnica em Portugal. Faz parte da Société de Chimie-Physique da Société française de Physique e da American Physical Society.

P — O que representa a figura de Egas Moniz para a Ciência e particularmente para o mundo luso-brasileiro?

R — Para a Ciência, é fácil de dizer, em duas palavras, o que representa; basta dizer: é um prêmio Nobel.

Quanto ao que ele representa para o mundo luso-brasileiro, Egas Moniz é, em primeiro lugar, um luminoso exemplo da capacidade intelectual, do espirito imaginativo, do poder de realzação e da ação eficiente e consequente que, de uma maneira geral, caracteriam esse mundo luso-brasileiro. Em segundo lugar, Egas Moniz, pela sua igual dedicação a Portugal e ao Brasil representou, e há de continuar a representar, um elo de ligação entre as duas pátrias irmãs. Ainda agora, na sessão de homenagem realida na última sexta-feira, dia 29 de novembro, e promovida pelo Real Gabinete Português de Leitura, com o apoio do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, celebrando a passagem do 1.º centenário do nascimento de Egas Moniz, eu verifiquei que ali estiveram, lado a lado, com igual emoção, portugueses e brasileiros. Aproveito aqui a oportunidade para dirigir os meus agradecimentos ao Real Gabinete Português de Leitura pelo honroso convite que me dirigiu para falar nesta sessão de homenagem.

Em sinal de reconhecimento, ali deixei alguns livros de Egas Moniz, uma medalha comemorativa e a fotocópia da última página do inédito intitulado: "Antonio Saúde, grande paisagista", inédito que o Museu Nacional da Ciência e da Técnica, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, vai editar.

P — O que tem a dizer sobre as relações luso-brasileiras no campo da ciência?

R — É preciso intensificá-las, e seria sobremodo muito importante para Portugal que, sem esquecer outros dominios, incidissem no campo de investigações da aplicação pacífica da energia nuclear. Mas isto são problemas a tratar a nível governamental, dadas certas implicações de ordem internacional.

São também importantes as relações entre professores e estudantes dos dois países que deveriam ter, no futuro, uma projeção de grande relevo, maior do que aquela que até hoje tem tido.

P — O Centenário de Egas Moniz comemora-se quando em Portugal se vive um ambiente de plena liberdade. Fale-nos de Ega Moniz democrata e da perseguição que o antigo regime lhe moveu.

R — São, geralmente, os médicos que se têm ocupado, e continuam a ocupar-se, da personalidade de Egas Moniz, vindo nele apenas o médico

e o investigador científico que, no campo da Medicina, conquistou o prêmio Nobel da Medicina. Por mais válida e valiosa que tenha sido a atividade de Egas Moniz neste campo, a verdade é que exerceu, com excepcional brilho, outras atividades. Importa assim, sobretudo nesta hora em que, em Portugal "se vive um ambiente de plena liberdade", como acaba de afirmar na sua pergunta, fazer realçar a atividade política que exerceu sempre, com dignidade e firmeza, contra todas as formas de opressão e de reacionarismo, na defesa intransigente dos princípios e dos ideais democráticos.

Foi sempre um autêntico e verdadeiro democrata. Pode referir-se, a este propósito, um significativo "teste": o ódio que sempre lhe votou o ditador Salazar. Vem também a propósito recordar, para os leitores do "Portugal Democrático", o que escreveu, em 1945, na altura das jornadas inesquecíveis do MUD, o Prof. Egas Moniz:

"Desejo acima de tudo, a liberdade de expressão de pensamento. Sem ela não pode haver progresso social. Liberdade ampla, embora com responsabilidade dos que dela se utilizam na imprensa e no livro. A liberdade só existirá quando desaparecerem os censores, carcereiros da Idéia, déspotas do pensamento alheio".

"Não compreendo liberdades parcelares, como generosidade de um governo, mas a liberdade em todos os setores da atividade humana, como prerrogativa do povo".

Como vê, isto são palavras de um autêntico democrata.

Quanto à última parte da sua pergunta relativa à perseguição que o antigo regime moveu a Egas Moniz, para lhe dar uma resposta completa, estaria aqui horas seguidas, tantas e tão diversas foram as formas dessa perseguição. De resto, elas são, geralmente, conhecidas. Contudo, para os incrédulos e os que fingem ignorar o que se passou, talvez valha a pena dar-lhes a conhecer um documento oficial que, por acaso, aqui tenho à mão.



O prof. Mario Silva com o Cónsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Antonio Pinto de França, junto de Mário Silva Filho, após a sessão de homenagem a Egas Moniz realizada no Real Gabinete Português de Leitura no passado dia 29.

Trata-se da resposta dada, em 1947, pelo Governador Civil de Aveiro ao seguinte officio que lhe havia sido dirigido por um grupo de democratas: "Exmo. Senhor Governador Civil de Aveiro. Um numeroso grupo de admiradores de todo o Distrito, do Dr. Egas Moniz, pretende prestar na capital do Distrito de onde é natural, uma homenagem pública ao homem e ao sábio de nome internacional. Para tanto, pede-se autorização para realizar, em outubro próximo, uma sessão pública de homenagem no Teatro Aveirense onde será feito por oradores de mérito o elogio do sábio e cidadão. Aveiro, 28 de Agosto de 1947. aa) Drs. Pompeu Cardoso, Vieira de Sá e Moreira Lopes".

A resposta do Governador foi: "Exmo. Senhor Pompeu Cardoso. N.º 700/47, L.º D/12. Para os devidos efeitos, comunico a V. Exa. que o Sr. Governador Civil indeferiu o requerimento em que V. Exa. requereu autorização para se realizar no próximo mês de outubro, no Teatro Aveirense, uma sessão de homenagem pública ao Senhor Dr. Egas Moniz. A bem da Nação. Aveiro, 19 de Setembro de 1947. O Oficial, servindo de secretário. Vaz de Aguiar".

P — Como encara a Revolução de 25 de abril e as transformações que vêm sendo operadas na sociedade portuguesa?

R — Para responder completamente à pergunta, estaria aqui horas seguidas, mas é evidente que não é a história do 25 de abril as suas causas, origens e consequências — que me pede. Segundo suponho, deseja apenas saber a minha posição sobre o histórico acontecimento, mas essa vai imediatamente compreendê-la se eu lhe disser que vivi 48 anos, mas vividos dia a dia, na esperança, muitas vezes perdida mas outras tantas novamente renascida, de ver surgir, um dia, uma alvorada igual à do 25 de abril. A isto acresce que o meu caso pessoal deve ser único no país, pois tive a honra de Salazar me considerar seu inimigo muito antes do 28 de maio de 1926, quando ele era apenas ignorado professor de direito em Coimbra e eu um simples assistente da Faculdade de Ciências da mesma Universidade. O caso é simples de contar: por volta dos anos 1923 e 1924 era eu colaborador dum jornal de estudantes republicanos chamado "A Cidade", dirigindo ali uma seção científica. A certa altura comecei a escrever uma série de artigos sobre os aspectos científicos da origem da vida, admitindo a sua geração espontânea, em condições de ambiente excepcionais, repudiando assim toda a explicação teológica. Pois tanto bastou para que Salazar se enfurecesse contra mim em artigos publicados num jornal católico da época, acusando-me de ofender gravemente a consciência dos católicos. Estávamos então em plena República, gozando as amplas liberdades democráticas a todos magnanimamente concedidas pelo regime, mas num ambiente fortemente anti-clerical que resultava da posição anti-republicana da Igreja no tempo da monarquia. Foi-me assim possi-

vel responder a Salazar no mesmo tom empregado contra mim, com geral aplauso das massas republicanas. Salazar é que não gostou e passou a considerar-me seu inimigo.

P — Uma palavra para a colônia lusa, particularmente, para os portugueses democratas que vêm com esperança as mudanças operadas em sua pátria.

R — É com satisfação que dirijo a todos os portugueses residentes no Brasil uma saudação fraterna, e, como é natural, muito especialmente, a todos os que aqui, no Brasil, longe da Pátria, permaneceram fiéis ao ideário democrático, e souberam resistir com grande dignidade a toda a sorte de pressões fascistas, muitas vezes sofrendo incômodos e prejuízos.

Por outro lado não quero esquecer uma grande maioria de portugueses que aqui se fixaram, juntando o seu trabalho ao trabalho dos brasileiros, contribuindo assim para o desenvolvimento do Brasil, sem tempo para opções de ordem política. É necessário que, sobretudo estes, compreendam o novo Portugal que está a consolidar-se em bases seguras, após o 25 de Abril, e para o qual também devem contribuir num patriótico espirito de confiança.

A todos estes portugueses quero deixar-lhes aqui uma saudação amiga com a garantia de um futuro melhor para a pátria comum.

Egas Moniz

Realizou-se no passado dia 29 no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, a sessão de homenagem ao Prêmio Nobel Egas Moniz. O Prof. Deolindo Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina, amigo pessoal do homenageado falou em nome dos cientistas brasileiros presentes, focando as múltiplas facetas da vida daquele extraordinário cientista. O prof. Mário Silva, vindo especialmente de Portugal para participar da solenidade, abordou outros aspectos cujos tópicos principais constam da entrevista que concedeu, o este jornal lembrando que foi um grupo de médicos brasileiros que num congresso realizado em Lisboa propôs o nome de Egas Moniz para o Prêmio Nobel daquele ano. Falaram no ato o Cónsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Antonio Pinto de França, e o Adido Cultural da Embaixada Portuguesa no Brasil, o jornalista Paulo de Castro.

**SECRETARIADO
MODERNO E
PRÁTICA
COMERCIAL**
JÁ NAS **editora**
BANCAS **abz**
por apenas cr\$ 6,00



**Oficina Técnica
Especializada**

Lonas — Fluidos e Peças em Geral
Vendas e Serviços
Rua Cardoso de Morais, 328 — RIO
Fone: 230-1057



O perigo das multinacionais

por: Josué da Silva

Em 1970 os ativos líquidos nas mãos de companhias e bancos americanos com operações internacionais, oscilavam entre 30.000 e 35.000 milhões de dólares, três vezes mais do que as reservas oficiais dos Estados Unidos.

Estes números demonstram claramente o enorme poderio das multinacionais, que lhes dá, inevitavelmente, uma extraordinária força de intervenção. O menos precavido dos economistas não ignora que uma torrente de capitais maldosos — como é o caso dos ativos das companhias e bancos americanos, cuja "soma passa em ondas gigantes dum país a outro" — pode criar conflitos muito maiores do que o chamado "capital de acumulação" ou "centralizado", visto que a sua capacidade de manobra permite, pelo menos quatro coisas importantes: 1) submeter, ameaçar e até destruir as doutrinas nacionais dos países "invadidos" no que se refere ao câmbio exterior, à balança de pagamento e às disponibilidades do crédito; 2) converter a mão-de-obra e os produtos convenientes desses países em fonte de lucro permanente devido aos baixos preços que enfrenta (e alimenta) em sociedades economicamente débeis. (Note-se, por exemplo, quando uma multinacional excede o salário mínimo das empresas nacionais ou sobre o preço dos produtos locais, não o faz com um espírito de equivalência, que aliás não seria praticável, mas unicamente procura jogar com um fator que se chama padrão, posto que mesmo nesse caso ainda não paga, nem consome, ao nível do país-sede, e sim ao nível do país tributário); 3) Pode manobrar a "influência latente" e a "coesão de grupos", logo as diretrizes governamentais dos países onde atua, reduzindo todas as forças que se entrelaçam e preparando assim o caminho para a política que mais convenha, quer à companhia em si, quer aos mandatários do seu próprio governo; 4) Alicerça o seu prestígio (se não surgirem circunstâncias demasiado desfavoráveis) e vai dominando o caminho que, hipoteticamente, poderiam mais tarde ou mais cedo percorrer as empresas nacionais do país tributário, eliminando, deste modo, frente de concorrência.

Naturalmente que, em alguns casos — não em todos — a multinacional não deixa de trazer ao país onde se instala uma certa "ajuda". Prepara quadros tecnológicos que antes eram quase desconhecidos, incita a investigação, etc. Mas... a que preço? Acerca da apregoada "ajuda" aos países subdesenvolvidos e em que sempre aparecem as multinacionais, dum forma ou de outra, recordamos um texto de Josué de Castro, respaldado dum entrevista concedida a um repórter da revista espanhola "Triunfo", no mês de Junho de 1972. "Em

primeiro lugar — disse Josué de Castro — "não há ajuda nenhuma. Por exemplo: vamos pensar que tal ajuda se cifra em dez mil milhões de dólares por ano. Ora vejamos: desses dez mil milhões de dólares, três, pelo menos, são dirigidos para a compra de armas — o que quer dizer que se trata dum ajuda ao armamento, não ao desenvolvimento. Quanto ao restante, será para financiar as indústrias dos países ricos industrializados, posto que ao criarem as suas agências, criam, igualmente, o mercado necessário para a exportação dos seus produtos. Além de que o empréstimo acaba sempre por ser feito sob a costumada condição de: o país que pede emprestado, tem que importar X de produtos do país que empresta. Trata-se, portanto, dum ajuda de compromisso, e não de uma ajuda livre como o desejaria o povo que pretende desenvolver-se. Que fica, pois, desta "ajuda"? Por vezes não fica mais do que a ajuda que os países pobres dão aos ricos. Posso afirmar: um país como o Brasil, considerado pobre, ajuda enormemente um país rico como os Estados Unidos. A espantosa quantidade de dólares que o Brasil exporta todos os anos para os Estados Unidos, acaba por ser o dobro do que anualmente recebe".

Mas as multinacionais norte-americanas descobriram, mais do que nunca, a partir de 1971, que a Europa (e sobretudo o Mercado Comum) continha mais rentabilidade que o resto da América. Aconteceu então que, se antes 22 por cento dos investimentos norte-americanos "possavam docemente" no Canadá, país dum situação política segura e a caminho dum a tecnocratização real, a partir de 1972 será para os países da Comunidade Económica Europeia que se encaminharão nada menos de 23 por cento, o que passou a ser um máximo na diretriz dos capitais emanados dos E.U.A. A "colonização" da Europa embora anunciada no pós-guerra com a fatura do Plan Marshall, dimensionava-se verdadeiramente a partir desta última data. Radicalizava-se, diremos melhor. A recolha de capitais que esta política de expansionismo representa para os Estados Unidos pode facilmente inferir-se destes números parcelares: entre 1960 e 1967, cerca de 13 por cento de 115 filiais estrangeiras na Grã-Bretanha (que arca, como se sabe, com uma espantosa investida do capital americano antes da sua recusa ao Mercado Comum) enviam para as matrizes mais de 90 por cento dos seus lucros. Não vamos, certamente, ser tão ingênuos ao ponto de considerar que esta política de investimento vem, "acima de tudo, favorecer os países onde se realiza tal investimento".

No entanto, se o tão falado auxílio tecnológico das multinacionais fosse aquilo que nos queremos fazer crer os seus administradores, talvez nós pudéssemos pensar que, a longo prazo, com a preparação de quadros e os conhecimentos adquiridos através dum a autêntica cooperação técnica, conseguiríamos, um dia distante, beneficiar alguma coisa da sangria de capitais com que nos contempiam esses benefiteiros. O pior é que uma boa parte dos empórios do gênero sabem acautelar muito bem os seus interesses, também neste capítulo. Assim, há empresas — como a IBM, por exemplo — que em lugar de estabelecerem módulos de fabrico globais de computadores, semeiam pelos vários países apenas fábricas dos muitos componentes de um computador, pelo que estas máquinas constituem, ao chegar às mãos do comprador, uma amálgama de peças provenientes de não se sabe quantas latitudes. De repente, algumas vantagens no sistema: primeiro, este correio de equipamento de país para país permite facilmente jogar com altas diferenças entre o preço de manufatura e o preço de venda, dado que é impossível controlar os níveis de fábrica. Segundo, na maior parte das agências tornar-se-á improvável o aparecimento de qualquer ideia de nacionalização graças ao propositado e hábil parcelamento da base produ-

tiva. Também este pormenor — importantíssimo de avallar, sempre que as diretrizes da chamada coperação se dirigem para uma via única — resulta num compromisso que acaba por desfavorecer o país onde a empresa-matriz estabelece uma nova colônia, pela simples razão de que, desde os trabalhadores da agência, ao próprio governo local, passando pelas necessidades do mercado, todos ficam dependentes das decisões empresariais, nada justas, como se sabe, uma vez que a sua finalidade é, acima de tudo, o lucro, e nada mais que o lucro. Por outro lado, o fato de não existirem bases de produção junto das agências, traz-lhes uma terceira e não menor vantagem: uma base de produção, um corpo fabril, pressupõe a presença de centenas, quando não de milhares de proletários que, nos momentos das reavindicações, mais bem organizados e politizados, são bastante mais difíceis de controlar que umas centenas de "empregados dos quadros superiores", quase sempre possíveis de dividir e manter em pequenos grupos isolados e, também, quase sempre perniciosamente agarrados ao jogo de promoções com que a empresa procura estabelecer entre eles a competição que lhe é inteiramente favorável. Sem a força dinâmica do proletariado, lado a lado com os quadros complementares, os problemas de orientação ideológica são bem menores.

Mas as multinacionais que jogam com este critério, esquecem-se, por vezes, do fator mutação e, igualmente, de que as mutações podem levar o país colonizado a orientar os seus interesses para outros pontos cardiais antes não aceites. E que logo que isto acontece, pode suceder que uma boa máquina americana até aí considerada imprescindível, passe a ser menos imprescindível se substituída por outra boa máquina alemã, japonesa ou russa. Nada o impedirá, por que no mundo tecnológico, hoje tão vasto, ninguém possui o exclusivo de coisa nenhuma.

Porém, para lá de todos estes complexos problemas, já por si inquietantes, que constituem o "currículo" no sistema das multinacionais e suas colônias, subsiste um outro e bastante grave: trata-se do perigo adicional que representa para os países que se apoiam amplamente nas companhias estrangeiras com tal dimensão, a influência exercida pelos governos dos países de origem dessas companhias. Como é natural, as multinacionais dão muito maior importância aos pontos de vista dos seus próprios governos que aos dos governos dos territórios onde prolifera a sua rede de agências. Em certos casos, essa influência pode ser apenas económica, quer dizer, menos política ou menos profundamente política. Nesta hipótese, os governos da nacionalidade das multinacionais podem exigir-lhes (como o fizeram anos atrás os governos norte-americano e inglês) que limitem a exportação de capitais e repatriem uma proporção elevada dos seus lucros estrangeiros. Uma exigência desse tipo — a que as multinacionais obedecem com certo gosto, ao contrário do que sucede quando o governo do país em que se instala a sua colônia tenta um acréscimo de imposto sobre lucros — afeta sempre e a uma profundidade raramente calculável, as economias dos países em que se radicam as filiais dos imensos cefalópodes da indústria mundial. Recorde-se que uma manobra semelhante, provocada em 1968, na Bélgica, pelas multinacionais norte-americanas a recado do então presidente Johnson, por pouco não deitou por terra o bastante sólido programa económico belga.

Mas isto é pouco, quando comparada à ascendência política sobre os governos, posto que se torna impossível, a não ser para os sonhadores, separar a política da economia. "É espantosa a dependência destes pequenos estados europeus em relação às grandes firmas internacionais. Tenta-se ocultar a maneira como as grandes firmas estrangeiras regulam os seus impostos. Sabe-se, por exemplo, que quando o anterior governo

conservador britânico decidiu coletar em globo, sobre o montante das transações, as companhias americanas na Grã-Bretanha, o tesouro britânico quintuplicou os seus rendimentos fiscais provenientes dos investimentos. Quanto mais se internacionaliza o poder das empresas, mais o poder dos estados, que se limita ao plano nacional, se torna ridículo e irrisório. Os serviços da Comissão de Bruxelas redigiram a este respeito, em 1969, um relatório sobre os investimentos americanos na Europa que põe em destaque os privilégios espantosos que os estados europeus são atualmente constrangidos a conceder às firmas pluri-nacionais... Vai chegar o tempo em que teremos de tomar consciência de que o maior problema político da nossa época está porventura ligado aos efeitos do domínio crescente que as firmas da estratégia mundial exercem sobre os estados, não somente no terceiro mundo mas também na Europa". (Michel Albert, em resposta tese de Galbraith, no volume "A Crise das Sociedades Industriais").

Conhecem-se casos como os da ITT. É através de casos como este que se propõe considerar como um gigantesco aglomerado de estruturas industriais, portanto dono de um limitado poder financeiro, logra criar tremendas dificuldades aos países em que se estabelece e que não sigam exatamente uma linha política que aproveite a cem por cento aos Estados Unidos e às suas próprias conveniências. Inclusive, os impérios como a ITT manejam verdadeiros "corpos de guarda" dos seus interesses, tão eficazes e tenebrosos como certas seitas políticas. Sabe-se, sem grande margem para dúvidas, como a ITT manobra de muito perto com essa incrível (porque consentida pelos governos do globo, alguns dos quais acabam por ser as suas vítimas) e pantanosa organização afamada pela sigla de CIA e da ação desenvolvida pelo conjunto ITT-CIA na queda de vários governos demo-socialistas, sempre através dum violência inaudita. A "operação-Chile" com o assassinato de Allende é, de todas as congeminções propostas por multinacionais norte-americanas abrigadas pelos mercenários da CIA, o exemplo mais recente e frisante.

As multinacionais não escolhem só países que, pela sua estrutura ou pela sua dimensão, correspondam às dimensões do seu poderio. Mesmo pequeno e pobre, Portugal não escapou à investida. Vieram, poisaram armas e bagagens, extorquiram. Agora, no momento em que verificam que os lucros já não podem ser os mesmos de sempre, muitas delas prepararam-se para levantar ferro. O que diz da sua moral em relação aos países que lhes encham os cofres. E não

— (continua na pág. seguinte)



— (continuação da pág. anterior)

será, certamente, por terem diminuído os proventos. Numa informação colhida no "Boletim Semanal do Banco de Portugal", vê-se que o valor global dos investimentos efetuados no estrangeiro por empresas norte-americanas subiu 14 por cento em 1973, atingindo 107.300 milhões de dólares. Este fato mereceu um comentário de um hebdomadário da capital que, por vir a talhe de foíce, decidimos reproduzir: "Vários fatores, entre os quais, a conjuntura do petróleo e o elevado nível da atividade econômica, aliados à desvalorização, permitiram às filiais das empresas norte-americanas aumentarem os seus lucros para 17.550 milhões de dólares, isto é, mais de 52 por cento que em 1972".

Ora, quando uma empresa obtém lucros avultados e não faz grande distribuição de dividendos, não tem necessidade de recorrer ao crédito bancário em larga escala, podendo, consequentemente, fazer investimentos com os próprios recursos (auto-financiamento).

Assim, de 13.000 milhões de dólares destinados ao investimento em 1973, cerca de 62 por cento (8.000 milhões) foram financiados com receitas próprias e os restantes 5.000 milhões em "apports" de capitais dos Estados Unidos.

Os salários aumentam, os preços de matérias-primas também, no entanto, os lucros dos grandes grupos econômicos não cessam de aumentar.

Diante deste estado de coisas, que podem fazer os governos? Se nacionalizar nem sempre parece conveniente ou sequer viável (demonstramos-lo com o exemplo IBM) pelo menos a curto prazo, talvez se consigam certas vantagens por outros caminhos: com uma lei que institua uma maior tributação sobre os lucros e que, ao mesmo tempo permita uma fiscalização atenta e implacável, não dando aso a "fugas" de nenhuma espécie, é possível contrariar volumosamente a retirada de capitais que, afinal, nos pertencem. No entanto, sejam quais foram as medidas que se tomem, não tenhamos dúvidas de que as multinacionais, tal qual como estão diagramadas, são muito menos úteis à sanidade dos países em que se instalaram, do que se tenta fazer crer. E ninguém vai acreditar, senão por ingenuidade, que alguma vez elas modificarão a sua política, que é, por tudo o que a envolve, a sua força e mesmo a razão da sua existência.

"Até parece mentira . . ."

Nelson Motta

Os meios artísticos e culturais de Portugal, justamente os mais atingidos pelos rigores políticos e puritanos do antigo regime, depois do espanto inicial começam a buscar suas verdadeiras expressões livres e consequentes. Os discos antes proibidos de José Afonso, José Mário Branco, Luis Cília e outros encaixam nas listas de mais vendidos, enquanto seus autores voltam do exílio e trazem as canções do novo Portugal. Os jornalistas, acostumados ao longo silêncio e às metáforas elaboradas, parecem querer descontar em alguns meses a palavra escondida por anos: a maioria dos jornais portugueses está repleta de editoriais em todas as páginas e a propósito de tudo, deixando pouco espaço para o noticiário convencional do país e do mundo.

PROLOGO: ABERTURA — Até mesmo o teatro de revista, uma das mais

tradicional e apreciadas manifestações de arte popular em Portugal, se entrega ao delírio da liberdade e da opinião. O pudor salazarista foi substituído em grandes cartazes pelo nu. Diante de filas enormes, todos os teatros estão lotados por gente de todo tipo.

As revistas em cartaz são a versão popular da vontade de participar e opinar que domina o meio artístico português. Humor, crítica e política estão em todos os espetáculos, já a partir dos títulos: "Uma no Cravo, outra na Ditadura", "Pides na Grelha" (nas grades) ou "Até Parece Mentira . . .".

Sem qualquer censura e apenas com a recomendação de ser evitada a presença de menores de 13 anos, as revistas portuguesas são políticas, panfletárias, de reivindicação, cheias de indignação com o passado e de esperança no presente/futuro. E todas de uma comovente e colegial ingenuidade.

O VELHO E O NOVO — Misturam-se ao debate político das revistas, o canto, a dança e até alguns, aparentemente afrontosos, mas verdadeiramente tímidos e ingênuos seus lusos à mostra, para nenhum espanto e até alegria dos senhores, senhoras e famílias, que formam o público habitual das revistas em Portugal, convivendo em perfeita harmonia com a internacional "fila do gargarejo" e as legiões de "voyeurs" ingênuos e adolescentes.

Em Portugal o teatro de revistas sempre teve na sátira política, na malícia, em mulheres bonitas e pouco vestidas e comediantes engraçados o seu menu inventível. Mas esses quatro pratos fortes foram simplesmente declarados extintos pelo antigo regime e foram necessários elogiáveis vãos de imaginação e vontade de não permitir a morte do gênero para continuar, durante tanto tempo, realizando revistas com mulheres de mão inteiro e piadas rigorosamente de salão. Para teatros vazios. Mas mesmo sem qualquer alusão política ou crítica a problemas comunitários, mesmo sem duplos sentidos, mesmo sem qualquer palavra ou gesto que ferisse de leve as atentas sensibilidade dos censores do salazarismo, o teatro de revista conseguiu sobreviver em Portugal. E são justamente os artistas que não deixaram morrer esta forma autêntica de arte popular que agora trabalham para teatros super-lotados e contam em cena as piadas escondidas há quarenta anos.

Também não faltam as campanhas divorcistas e a recriação em canto e dança dos principais momentos políticos que Portugal viveu nos últimos meses. Tudo com figurinos caros e cheios de imaginação, música original, decotes e biquínis e comediantes de vocabulário espontâneo e popular na fêrie político-humorístico. O teatro de revista é hoje em Portugal um painel vivo das coisas, pessoas e acontecimentos que concentram em torno de si a atenção popular. Tudo realizado de forma comovedoramente ingênuo por ingênuos, e comoventes aprendizagens de liberdade.

É difícil acreditar que num mesmo espetáculo de teatro um violento monólogo sobre a liberdade e seus mártires possa suceder a um quadro musical com piadas e danças bem despistas sobre a zona do meretrício em Lisboa. Da mesma forma que um "víra" modernizado e biquinizado venha em seguida a um quadro sobre presos políticos e seus carcereiros. Num mesmo surrealismo que permite uma recriação em cena da noite do 25 de abril num quartel da PIDE e a explosão do povo nas ruas, seguindo-se uma gozação sobre alta costura e androginia. Tudo cheio de ingenuidade e espírito português, tudo cheio de alegria e de uma esperança vaga mas intensa que nem palco nem platéia sabem explicar mas é o que existe no ar de Portugal, seis meses depois de vitorioso o Movimento das Forças Armadas.

"O Globo"

Portugueses do Brasil livres de um pesadelo

Na quinta-feira última, assisti a um dos episódios mais singulares, já dados a ver a estes sofridos olhos. Poderia dizer que a eleição para a presidência da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, teve o clima da grande ópera bufa. Não o digo porém. Vamos dar um voto de confiança ao novo presidente e vamos respeitar a ópera bufa.

A derrota de um homem, tem sempre um quê de canto de cisne, um desbobinar dos erros e acertos verificados através do tempo. Assim aconteceu com o ex-presidente da Federação, sr. Antonio Gomes da Costa que jogou a toalha ao chão deixando vaga a presidência. Durante quatro anos, o sr. Gomes da Costa teve nas mãos um dos mais honrosos cargo de sua vida. Costa homenageou até à exaustão as figuras de proa do falecido regime. Realizou negócios, usando o cargo da Federação. Durante quatro Voz de Portugal para elogiar as vedetes do poder. Durante quatro anos o sr. Gomes da Costa interferiu no semanário Voz de Portugal, chegando ao absurdo de reduzir salários de profissionais e coagindo-os a publicar as suas (dele) opiniões. Nada disto foi dito na sua (dele) prestação de contas, o que é lamentável. Ou será que nada disso merece aplausos?

O ex-líder Gomes da Costa lembrou seus múltiplos afazeres, justificando assim a não aceitação da sua candidatura. Lembrou inclusive a doença de um irmão e o trabalho urgente de recuperar a Voz de Portugal. Vamos lamentar o primeiro caso e estranhar o segundo. Qual será o sentido exato da palavra recuperar, para o sr. Gomes da Costa? Reduzir para 50% o salário dos profissionais da Voz de Portugal? Rezar para que os problemas do jornal se resolvam naturalmente? Ou aplicará outra solução "milagrosa" como economia "sul generis" que é, sem dúvida.

Gomes da Costa lembrou à seleta assistência que as vitórias conseguidas à frente dos destinos da Federação, não lhe pertenciam. Lembrou, como se operário humilde fosse, a construção das Instituições, as pedras basilares, as pinturas, as fachadas. Lembrou sua condição humilde, seu trabalho desinteressado, sua hipotética declaração de bens, que pouco ou nada substancial apresentaria. Comovedor o gesto de humildade. Uma curiosa vocação para o anonimato, se lembrarmos as notícias sobre suas badaladas idas e vindas, sempre preparadas por sua caneta barroca. Ou os senhores não sabiam que o próprio Gomes da Costa redigia (ainda é assim senhor redator chefe?) os fartos elogios ao presidente da Federação? Uma candura este homem simples, sempre pronto para "a dádiva e a oblação", sempre pronto "para a sementeira", sempre pronto "a rezar até por seus inimigos". Aplausos para tão fresca e borbulhante candura.

O discurso de Gomes da Costa arrancou aplausos na geral. O homem confundira suas vitórias com a de "todos" os emigrantes, muito embora ali estivesse apenas a elite (econômica?) dos mesmos. Se o ex-candidato falasse dos seus erros (que mencionou de passagem), talvez incomodasse a assistência. É mais fácil aplaudir, quando só queremos ver vitórias. Mas curioso: ninguém teve um gesto para demover o seu (deles) candidato. Todos acharam natural a atitude. Ninguém, literalmente ninguém, quis saber quais os motivos que levaram Gomes da Costa a não aceitar a proposição supressão do 4.º parágrafo do artigo 10 dos estatutos. Se os conselheiros queriam fazer de Gomes da Costa o César perpétuo, por que Gomes da Costa deu o não, depois de ter dado o sim durante vários dias? Por que voltou atrás não acei-

tando a candidatura a Presidência das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras? Poderia responder aqui mesmo, mas o tempo de aula já acabou. Vamos ver o que os alunos aprenderam, quando chegar o tempo das provas.

Mas houve mais. Todo Pinóquio tem o seu tio Gepetto. E o ex-amado líder teve também o seu criador, Rodrigo Leal Rodrigueus, homem de múltiplos afazeres, que deixou São Paulo para defender o seu Pinóquio. Leal Rodrigues apanhou a toalha do chão e ali mesmo, em plena assembleia, defendeu o seu pupilo. Na realidade não estava defendendo Gomes da Costa. Defendia-se a si próprio, daí o histerismo latente. Vamos porém render homenagem à "performance" de Leal Rodrigues, homem de múltiplos afazeres, entre os quais o de dirigir o semanário Mundo Português.

Apelando para o seu histrionismo, Leal Rodrigues lembrou que não estava ali para fazer política. Seu discurso foi bem uma caricatura daquele outro, admirável, de Marco António junto ao cadáver de César. Quem leu Shakespeare vai entender.

Leal Rodrigues, um Marco António de segunda, disse que não estava ali só para render homenagens a Gomes da Costa. Estava presente para render outras homenagens. Homenageou o amor dos presentes pela terra do Brasil. Lembrou os nossos (dele) filhos que continuarão a obra. Disse e voltou a dizer que não estava ali para fazer política, mas ameaçou "os portugueses da Metrópole" que agora estão confinados a 800 quilômetros de praia. Isto se não fizerem loteamento do resto de Portugal, segundo palavras do mesmo Leal Rodrigues que veio de São Paulo, mas não para fazer política. Disse também poder usar os instrumentos (quais? quais?) para que os emigrantes não mais enviem suas remessas para Portugal, caso os portugueses da metrópole não tomem jeito. Mas Rodrigues, veio de São Paulo para a sepultura de César, não para fazer política. Assim, lembrando os instrumentos que tem à mão (mas nunca para fazer política) Leal Rodrigues terminou conclamando à união de todos. Todos que estiverem unidos com Deus, pela Pátria e pelos bons. Mais, Leal Rodrigues lembrou lutas antigas "porque vocês me conhecem e eu já criticava o Governo Português antes da sua derrubada a 25 de abril". É bem certo que após sua famosa viagem no navio Gil Eanes, sua crítica ao regime marcelista, virou elogio, no tal semanário Mundo Português. Mas vamos também render uma homenagem. A "oração fúnebre" de Leal Rodrigues a Gomes da Costa foi perfeita, se levarmos em conta que o referido senhor vem atacando e defendendo, consoante os seus interesses econômicos dentro do xadrez político da colônia.

Antes do inflamado discurso do sr. Leal Rodrigues, houve a eleição do novo presidente, Artur dos Santos Pereira. Sobre o seu possível trabalho no contexto da colônia falaremos noutro dia. Ou vocês acham pouco o que aqui vai contado?

J. ALBERTO BRAGA
"Tribuna da Imprensa"
1-Dezembro-1974



TRIANGULO CORRETORES DE SEGUROS LTDA
seguros em geral

Incêndio — Automóveis — Vida em grupo — Acidentes pessoais
Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) — 11.º andar —
Cj. 1107 — Fones: 32-4882 e 37-2774 — São Paulo



Rodoviário
"CARAVELLE"
Ltda.

"O jato na Rodovia"
Transportes rápidos entre:
Rio - São Paulo -
Niterói - Magé - Rio Bonito.

RIO SAO PAULO NITEROI
260-5075 92-1864 5294

No

— O a dema Armad eleições o Movl Justiça lizado O d scutuot gráfico "A"

programa Arm "P

projeto das Fo democra.

Frelimo-bados, Joaqui no deco Lisboa, a form bem pal

Baa.

I mente- nomeado atro a Estac

sham e tado do p cipios, Também

malhas, a política

Tomé transição pelo Mov pelo Pre ato-com Est Argel e Intert

O assembl rar ofit Ao que o s to da

perfeit Ali nia de gões U plenari En melho aponta

o muinte q amsolido firma c Armada: Segu

ava Co MPA no ano pe Nes: históri

uinte "s a Cons nação de O ed

de "s o pa 3 de At De a tidos d mas a d e sobre:

ldarrec mento e das s rem o nhóis. Em maior: dia 28, estava sados t

Síndico Sol cita" e rárias. O j pedind Valénc

Notícias Diversas

■ "O Partido Socialista entende que é absolutamente impossível construir a democracia e o socialismo se, porventura, a aliança firmada com as Forças Armadas for enfraquecida. Haja o que houver, antes, durante e depois das eleições, e qualquer que seja o seu resultado, o PS manterá a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas — salientou Salgado Zenha, Ministro da Justiça do Governo Provisório, durante um comício do Partido Socialista realizado no Teatro Laura Alves, em Lisboa.

O dirigente do PS, falando sobre a constituição do Governo Provisório, acrescentou que a aliança entre o Partido Comunista, o Partido Popular Democrático e o Partido Socialista é destinada à realização comum.

"A união justifica-se — disse — porque todos somos partidários do mesmo programa, e enquanto os partidos se mantiverem fiéis ao programa das Forças Armadas, a reação não terá oportunidade de intervir."

"Pretendemos ainda — concluiu — defender na Assembleia Constituinte o projeto político-constitucional que permite a manutenção e a intervenção das Forças Armadas como garantia de construção em paz e em liberdade da democracia e do socialismo em Portugal."

■ Dentro de um mês serão formadas comissões especializadas mistas Prelimo-Governo português para a materialização, em acordos mais detalhados, dos princípios estabelecidos nos acordos de Lusaka — anunciou o dr. Joaquim de Carvalho, economista e membro do comité executivo da Frejimo, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada no Palácio Foz, em Lisboa. O dr. Joaquim de Carvalho, que se encontra em Lisboa para encontrar a forma de acelerar a cooperação entre Portugal e Moçambique, anunciou, também para breve, a revisão do plano do Zambeze e da barragem de Cabora Bassa.

■ Iniciou-se, ontem, presidida pelo Ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Bravo, a primeira reunião com os governadores civis nomeados já pelo Governo instituído após o 25 de Abril, durante a qual o Ministro apresentou o programa de ação do Ministério, tendo o Subsecretário de Estado, Luis Nandin de Carvalho, feito a explanação de áreas que se lhe acham especialmente atribuídas. Interveio seguidamente o Secretário de Estado da Habitação Social e Urbanismo, arquiteto Nuno Portas, para elucidação do programa de habitação social a desenvolver com a participação de municípios, o que envolve o investimento de verbas de 1,2 milhões de contos. Também esteve presente o Secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, devido à interrelação do processo de investimento descentralizado com a política adotada naquele Ministério para combate ao desemprego.

■ A 12 de julho do próximo ano será declarada a independência de S. Tomé e Príncipe, que, entretanto, dentro de 10 dias, terá um governo de transição, formado por um primeiro-ministro e quatro ministros nomeados pelo Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, e um ministro nomeado pelo Presidente da República Portuguesa, General Costa Gomes, além de um alto-comissário.

Estes os principais pontos dos 17 que constituem o acordo assinado em Argel entre as delegações de Portugal, chefiada pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e do MLSTP, dirigida por Miguel Trovoada.

O acordo prevê ainda a realização de eleições, no dia 7 de julho, para uma assembleia popular dotada de poderes constituintes, cuja missão será declarar oficialmente a independência e redigir a Constituição política do novo país.

Ao chegar a Lisboa, o Ministro da Coordenação Interterritorial afirmou que o acordo com o MLSTP constitui "uma solução original dentro do contexto da descolonização dos territórios da África, parecendo-me tecnicamente perfeito e até no ponto de vista prático, muito viável".

Almeida Santos estará presente em S. Tomé a fim de assistir à cerimônia de tomada de posse do governo transitório, depois de se deslocar às Nações Unidas, onde, no dia 2 de dezembro, falará sobre a descolonização no plenário da Assembleia Geral da ONU.

Entretanto já é conhecida a bandeira do novo país: um triângulo vermelho no canto superior esquerdo e duas faixas verdes e uma amarela. Como apontamento, registre-se que as cores da bandeira portuguesa mantêm-se.

■ A nova Constituição portuguesa, a elaborar pela Assembleia Constituinte que será eleita em março do próximo ano, terá "necessariamente" de consolidar "os direitos e liberdades já consagrados no programa do MFA", afirma o editorial do último número do boletim do Movimento das Forças Armadas, divulgado em Lisboa.

Segundo o editorial do porta-voz da comissão coordenadora do MFA, "a nova Constituição terá, pois, que ser o prolongamento lógico do programa do MFA no sentido da democracia progressista", de modo a que o "poder soberano pertença ao povo e não a minorias privilegiadas".

Neste sentido, afirma o editorial, o MFA, "que adquiriu responsabilidades históricas perante o povo", afirma que garantirá que a Assembleia Constituinte "seja autenticamente representativa do povo" e, ao mesmo tempo, que a Constituição esteja "imbuida do espírito progressista que presidiu à elaboração do seu programa".

O editorial sublinha que não se trata ainda, quando se eleger a Constituinte, de "atribuir o poder", mas sim de estabelecer as normas porque irá reger-se o país. Trata-se, em suma, de "plebiscitar a democracia", de "plebiscitar o 25 de Abril", afirma o editorial do MFA.

De acordo com o editorial, durante a próxima campanha eleitoral, os partidos devem ter em conta que o mais importante não são as lutas partidárias, mas a devolução ao povo da soberania. Por isso, defende que o esclarecimento se sobreponha à propaganda.

■ O Conselho Português para a Paz e Cooperação manifesta a sua solidariedade com um grupo de sindicalistas espanhóis em vésperas de julgamento e apela para todos os portugueses para que, através dos seus sindicatos e das suas associações, procurem recolhas de assinaturas, a fim de manifestarem o seu protesto pela violência que estão a ser vítimas os sindicatos espanhóis.

Em comunicado agora distribuído à imprensa, o C.P.P.C. refere que a maioria dos 16 sindicalistas espanhóis, cujo julgamento começará no passado dia 28, são operários metalúrgicos e foram detidos em outubro/1970, quando se estava em negociações para a IV Convenção Provincial de Metal. Sels dos acusados tinham sido eleitos pelos companheiros de trabalho representantes do Sindicato Oficial Espanhol e dois são sacerdotes operários jesuítas.

Sobre todos eles pesa a acusação de "propaganda ilegal e associação ilícita" como militantes do movimento livre de trabalhadores de Comissões Operárias (ilegal, segundo a legislação espanhola).

O julgamento teve início há duas no Tribunal de Ordem Pública de Madrid pedindo a acusação um total de 128 anos de prisão para os 16 sindicalistas de Valência.

Benefícios sociais para classes menos favorecidas

Quatro importantes diplomas do Ministério dos Assuntos Sociais vêm dar satisfação a velhas e justas aspirações de algumas classes das mais desfavorecidas do País.

Assim, nos termos de um despacho do secretário de estado da Segurança Social passou a ser permitida a todos os trabalhadores da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, admitidos antes de 1 de julho de 1955, a transferência da sua inscrição para o Regulamento da Caixa de Pensões de Reforma de 1927. Trata-se de uma velha aspiração e do cumprimento de um ato de justiça que o regime de depósito nunca se dispôs a satisfazer. Com efeito, muitos trabalhadores dos caminhos de ferro viram protelado até 1 de outubro de 1974 por razões alheias à sua vontade, o seu ingresso como efetivos no quadro da Companhia, o que levou a que não tivessem sido inscritos na Caixa de Pensões de Reforma de 1927, mas sim na Caixa de Previdência dos Ferroviários instituída em 1955 e que apresenta um esquema de benefícios muito inferior à Caixa de 1927.

Pescadores

Também os pescadores beneficiam de novo esquema de benefícios sociais, no caminho da sua igualização face aos restantes trabalhadores. Os subsídios mensais concedidos pelo fundo de Proteção aos Pescadores Inválidos, que em 1 de Janeiro do corrente ano eram de 200\$00, foram elevados, com efeito a partir de 1 de outubro, para 500\$00. Outra medida aprovada foi a instituição, a partir de 1 do corrente, de subsídios pecuniários de doença (geral e tuberculose) no esquema regulamentar do regime de previdência dos sócios efetivos das Casas dos Pescadores.

Rurais

Na mesma linha, o secretário de Estado da Segurança Social corrigiu, por despacho, outra situação de injustiça: passava a ter direito à pensão de velhice as trabalhadoras por conta de outrem das atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias das áreas abrangidas por Casas do Povo que cessaram a prestação de trabalho antes de 1 de janeiro de 1971, desde que comprovem, através de atestado passado pela autoridade administrativa local, haverem exercido algumas das referidas ocupações durante os últimos cinco anos de atividade habitual e contem mais de 70 anos de idade.

Sobrevivência

Finalmente, passou a ser concedida a pensão de sobrevivência aos familiares de todos os beneficiários falecidos que tenham estado abrangidos pelas Caixas de Previdência, qualquer que seja a data do falecimento. Familiares em tais condições eram excluídos, o que agravava as já difíceis condições de sobrevivência desses familiares, em que se incluem muitas viúvas. O pagamento destas pensões terá efeito a partir do dia 1 do mês seguinte ao da publicação do despacho no "Diário do Governo", se forem requeridas no prazo de um ano a contar daquela data, findo o qual a pensão será concedida a partir do início do mês seguinte ao da entrada do requerimento. Os familiares a quem foi indeferida a pensão de sobrevivência por não satisfazerem as condições legais agora alteradas, poderão novamente habilitar-se a aquele benefício.

Forças Armadas

Por decreto do Conselho dos Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas, já enviado para o "Diário do Governo", são fixadas novas normas para o cálculo das pensões de reserva e de reforma dos militares do quadro permanente. Assim, o fator 1/40 que servia até aqui de cálculo das pensões, é fixado na trigésima sexta parte da remuneração que serve de base ao cálculo, líquido da respectiva quota multiplicada pelo

número de anos de serviços contados, na qual não pode ser atribuído valor superior a trinta e seis. As percentagens de aumento de tempo de serviço fixadas por revisão para os efeitos de cálculo da pensão de reserva, contam por acréscimo ao tempo de serviço. As pensões de reserva já fixadas devem ser revistas, com direito aos quantitativos novos a partir de 1 de setembro último.

Declara-se no preâmbulo do diploma que "esta medida corresponde não só a um imperativo de justiça de que a Nação se não deve alhear, mas também à adoção do único critério realista que se oferece, dada a notória exaustão dos referidos quadros, em flagrante contraste com a situação do restante funcionalismo público".

No diploma afirma-se ainda a convicção de que, dado o processo de descolonização em curso, é de prever que a concentração de oficiais e sargentos em Portugal venha a exceder as novas necessidades normais.

Diário de Lisboa

Sete milhões de cruzeiros para o fomento do teatro

A Direção-Geral dos Assuntos Culturais, no âmbito das suas funções de fomento da atividade teatral, procurou contribuir para que o máximo de companhias independentes, quer já formadas quer em organização, pudessem participar na renovação cultural que atualmente se processa em Portugal e na qual um teatro livre e digno terá um lugar preponderante.

Foram aproveitadas várias propostas de subsídio, tendo-se procurado, na medida das possibilidades, atribuir exatamente as verbas que tinham sido solicitadas, dando assim a largueza de meios, que se considera indispensável à criação artística.

Os subsídios atribuídos até agora, que se referem apenas ao corrente ano, foram os seguintes:

Teatro da Cornucópia — para as despesas de montagem e apresentação da peça de Bertold Brecht "Terror e Miséria no III Reich", assim como para a continuação das atividades da companhia: 600 000\$00 (seiscientos mil escudos).

Teatro Feira da Ladra — para despesas de montagem e apresentação do seu primeiro espetáculo, "Eva Perón", de Copi, assim como para aquisição de material único indispensável — 525 000-00 (quinhentos e vinte e cinco mil escudos).

Grupo "Os Cômicos" — para despesas de montagem e apresentação do seu primeiro espetáculo, "Cenas da Vida Heróica da Burguesia: As Cuecas", de Car Sternheim — 260 000\$00 (duzentos e sessenta mil escudos).

Seiva Trupe (Teatro Vivo) — para fomento das suas atividades, nomeadamente de teatro infantil e apresentação do espetáculo "A Seiva Conta Catarina na Luta do Povo" — 352.500\$00 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos escudos).

Teatro Infantil "João Brites" — para fomento de um grupo de animação cultural infantil, essencialmente itinerante — 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

Teatro Casa da Comédia — para poder continuar a representar "Um Barco para Itaca" e outros poemas de Manuel Alegre, especialmente em localidades fora de Lisboa — 140 000\$00 (cento e quarenta mil escudos).

Esta atividade da Direção-Geral dos Assuntos Culturais tem sido desenvolvida em constante coordenação com a da Direção-Geral da Cultura Popular e Espetáculos, no mesmo setor, o que significa uma incidência conjunta sobre maior número de companhias de teatro.

O total dos subsídios até à data é de 2 317 500\$00 (dois milhões trezentos e dezessete mil e quinhentos escudos).

Data-limite para eleição: 31 de março de 1975

Direito de voto aos maiores de 18 anos, aos analfabetos e a certos emigrantes

O texto emendado da Lei Eleitoral já enviado par o "Diário do Governo", confirma o dia 31 de Março como a data limite para realização de eleições para a Assembléa Constituinte e reconhece o direito de voto aos maiores de 18 anos e aos analfabetos, bem como aos emigrantes que preenham determinadas condições.

A lei determina, ainda, que são ilegíveis para a Assembléa todos os cidadãos eleitos maiores de 21 anos (os funcionários civis do Estado ou de outros organismos públicos não precisam de autorização), desde que tenham cidadania portuguesa há pelo menos 15 anos, saibam ler e escrever português e residam no território eleitoral ou ultramarino sob administração portuguesa há pelo menos seis meses.

Os militares no ativo e os magistrados judiciais não podem candidatar-se a deputados, o mesmo acontecendo, no círculo onde exerçam a sua atividade, aos comandantes militares ou de forças militarizadas territoriais, governadores civis e seus substitutos, secretários de governos civis, administradores de bairro, presidentes e vice-presidentes de Câmaras ou comissões administrativas municipais, diretores e chefes de repartição de Finanças e ministros de qualquer religião ou culto.

Esta lei eleitoral — salienta-se no respectivo preâmbulo — regulará as primeiras eleições que, desde há dezenas de anos, vão efetuar-se no País com a intenção deliberada de apurar a vontade do povo, e a importância que, por virtude disso, pedagogicamente delas poderá resultar para a formação de uma consciência popular democrática não carece de demonstração.

O prazo das eleições — salienta-se, ainda — "mal se compadece com a complexidade das operações do recenseamento que, normalmente, exigiriam um período de tempo maior. Tal prazo, no entanto, é imperativo constitucional e ponto essencial do Programa do Movimento das Forças Armadas, que, como tal, não deve, nem pode ser alterado. Não podendo conceber-se a realização de eleições destinadas a apurar a vontade autêntica do povo com base no recenseamento organizado antes de 25 de Abril, que não merece qualquer fé, e sendo mais amplo o agora proposto, tiveram de encurtar-se os prazos tradicionais das diversas operações esperando-se que as dificuldades daí resultantes sejam vencidas através da participação ativa da generalidade dos cidadãos, dos partidos políticos e dos diversos serviços do Estado na elaboração do recenseamento. A elaboração de um recenseamento, em tão curto prazo, onde deverão ser inscritos mais de cinco milhões e meio de eleitores — enquanto o de 1973 tinha cerca de 1.800.000 — somente será viável, porém, se se transformar, sob o impulso dos partidos políticos, como o espera e deseja o Governo Provisório, numa jornada cívica em escala nacional".

Notas Regionais

PORTO — Uma centena de cristãos leigos e sacerdotes representantes dos grupos de base de vários concelhos, nomeadamente de Braga, Guimarães, Barcelos, Famalicão e Fafe, tornaram público um comunicado no qual denunciam a intervenção do bispo auxiliar de Braga, a pedido do arcebispo Francisco Maria da Silva, em seguimento a uma nota da Secretaria Arquepiscopal de Braga, inserta no órgão oficioso da diocese — "Diário do Minho" —, de 7 do corrente, que levou o provincial dos dominicanos a intervir para que freil Luis França, atualmente responsável pelo programa religioso da R.T.P., não estivesse presente a um encontro programado, subordinado ao tema "Fé-Igreja-Sociedade". O mesmo grupo de cristãos, no citado esclarecimento, chama a atenção para a grande força política que é o clero bracarense, afirmando que todos os esforços de democratização das forças políticas serão inúteis se a nível religioso a grande maioria da gente do Minho continuar a ser orientada nos moldes atuais.

"Continuar em atitudes de paciência vai significando cada vez mais traição ao Evangelho e falta de verdadeira vontade libertadora". Sublinha o comunicado a finalizar que só com o afastamento do Arcebispo Primaz de Braga se poderá abrir caminho ao esclarecimento do Clero e do povo.

VIANA — Iniciou, recentemente, as suas funções, a Comissão Administrativa há tempo eleita para substituir a vereação municipal nomeada no regime anterior a 25 de Abril.

Consoante foi afirmado no ato de posse, a tarefa que a espera é erigida de sacrifícios, uma vez que são reconhecidamente numerosos e ingentes os problemas por resolver, quer na cidade, quer nas freguesias do concelho, algumas das quais apresentam um expoente demográfico muito de considerar. Porém, fazendo parte da C. A. pessoas que conhecem as carências locais e as dessas freguesias e que são capazes de enfrentar, resolutamente, os esforços e conselhas que os aguardam, é de esperar, muito mais de confiar, que tais problemas venham a ser resolvidos, aos poucos, sim, mas sem detenções.

As exigências de ordem escolar, do regular fornecimento de água e luz e da abertura de saneamentos é prioritária, sem dúvida; cremos, todavia, não ser de subestimar outras necessidades vitais, como o porto marítimo nesta cidade, o seu tão necessário hospital regional, a criação de instalações condignas para os estabelecimentos de ensino que as não possuem, a estação de camionagem, etc.

ESPOSENDE — Terminou a expectativa e a ansiedade quanto ao futuro político do concelho de Espoense, com a cerimónia de posse da Comissão Administrativa para a Câmara Municipal, realizada nos Paços do Concelho. Para o efeito, deslocou-se a esta vila o governador civil de Braga, Dr. José Sampaio, que presidiu ao ato.

A Comissão, constituída pelo Dr. Antonio Torres (presidente), Dr. Alceu Vinha dos Santos, Carlos Roriz, Júlio Magalhães Faria e Dr. Francisco Marques, depois de ler o compromisso de honra, ouviu a leitura do ato de posse proferido pelo secretário do Governo Civil e logo após, as assinaturas. Fimda a cerimónia, o Dr. José Sampaio, no uso da palavra, referiu-se às dificuldades encontradas para formar a Comissão e fez referências elogiosas ao Prof. Manuel Fernandes Grilo pela atitude assumida para tornar possível a coligação de partidos. Depois de afirmar que este era o último ato de posse no Distrito de Braga, chamou a atenção da necessidade de continuarmos vigilantes contra o fascismo. E terminou dizendo: "Estudo apurado e criterioso dos problemas que nos afli-

gem, busca de soluções justas, sensatas e equilibradas, ação, muita ação no trabalho aturado e no grande espírito de sacrifício, é aquilo que mais necessitamos, aos níveis nacional, regional e local. Tal é o que esperamos de mais esta Comissão Administrativa e vamos daqui muito tranquilos pois estamos certos que a nossa legítima expectativa não será frustrada"

VISEU — Num dos hotéis da cidade estiveram reunidos, em sessão de trabalho, no último fim-de-semana, o diretor do Fundo de Apoio aos Organismos de Juventude, elementos do seu gabinete e dezesseis delegados distritais do País, tendo a agenda de trabalhos constado dos seguintes pontos, que foram tratados com larga participação de estudantes: discussão de uma proposta de regulamentação das casas de cultura da juventude; assuntos de natureza administrativa; instalações e pessoal; atividades culturais; informação regional; perspectivas de ação a curto e a médio prazo; cursos de animação sócio-cultural; atividades sociais; detecção de necessidades locais suscetíveis de serem supridas pela prestação de trabalho estudantil voluntário; e constituição de grupos de trabalho comunitário.

Ginastas soviéticos

No âmbito das atividades da Associação Portugal-U.R.S.S. e integrando-se no conjunto de iniciativas de intercâmbio desportivo já previstas, a Delegação em Viseu daquela Associação, em colaboração com a Comissão Municipal de Turismo, proporcionou ao público desta cidade a possibilidade de contactar diretamente com alguns dos mais destacados representantes da ginástica soviética, a qual, tanto quantitativa como qualitativamente, ocupa lugar cimeiro a nível mundial.

Na sua deslocação a Viseu, a apresentação desportiva da União Soviética inclui doze atletas (oito do sexo feminino), que se fazem acompanhar pelo treinador honorário de ginástica daquele país, proporcionando um festival, além de ginástica desportiva e rítmica, também acrobacia — modalidade pouco conhecida em Portugal, mas que, atualmente, manifesta extraordinário incremento nos meios ginásticos mundiais.

A presença daqueles categorizados ginastas em Viseu, no dia 1.º de Dezembro, compreendeu num programa social, do qual fez parte, na tarde daquele dia, numa visita turística e durante o almoço exibiu-se, em honra aos convidados, o "Grupo Típico Regional Infantil Os Pauliteiros de Abraveses".

No pavilhão desportivo (Fontelo), pelas 21.30 horas, os ginastas soviéticos após a cerimónia de apresentação, iniciaram a primeira parte do festival com: exercícios de grupo e movimentos livres, no tapete (masc.); ginástica rítmica (fem.); saltos de cavalo (masc.); paralelas assimétricas (fem.); paralelas (masc.); acrobacia a dois (masc. e fem.); cavalo com arções (masc.); exercícios com arcos-ginástica rítmica (fem.).

A segunda parte, incluiu saltos de cavalo, exercícios com cordas-ginástica rítmica, trave olímpica, exercícios com bolas-ginástica rítmica e movimentos livres, números em que toma parte o grupo feminino, ainda barra fixa (masc.), e, no final, formação e desfile geral.

A parte do grupo de ginastas, conta-se com a presença do dirigente Alexander Bronzov, o técnico treinador honorário da U.R.S.S., Vikentl Dmitriev, e o técnico-adjunto, Genady Rastorotsky.

De salientar também que, a vinda da embaixada desportiva soviética

a Portugal, fica-se a dever à Associação Portugal-U.R.S.S., às suas Delegações Distritais, com o apoio do M.E.C., Direção-Geral dos Desportos, Federação Portuguesa de Ginástica, Direção-Geral do Turismo e da Embaixada da U.R.S.S. em Lisboa. A passagem por esta cidade deve-se especialmente ao esforço desenvolvido pela Comissão Municipal de Turismo.

FARO — Em missão de turismo do comité para as Férias e turismo da Bulgária, avistou-se, nesta cidade, o Dr. Asdrúbal Calisto, subsecretário de turismo, com o Sr. Mintcho Tchunlof, primeiro vice-presidente daquele organismo.

O objetivo foi uma troca de impressões, tendo em vista o estabelecimento de um acordo turístico entre os governos de Lisboa e Sofia. Da delegação búlgara faziam ainda parte os diretores-gerais do Turismo Internacional, da Publicidade e Atividades culturais e o representante para Portugal e Espanha de turismo búlgaro.

AVEIRO — Em face do desenvolvimento e concretização de estruturas, o Movimento Universitário Pró-Sindicalização dos Trabalhadores da Função Pública, criado agora em Aveiro e que pretende generalizar a todo o país.

O Movimento até à eleição de um secretariado executivo, continuará a ser dirigido e dinamizado por uma Comissão Provisória, de nível distrital e composta por: Alberto Fernandes, Adelino de Almeida, Brasilino Godinho, Eugénio Marques, José Pinto da Costa, Lauro Marques Manuel Fradinho, Manuel Ramos, Helena Almeida e Renato Alves, todos de Aveiro e ainda Alexandre Pereira (Albergaria-a-Velha), Germano Sousa (São João da Madeira), José Tavares Severo (Vouga) e Lourdes Alves Sá Espinho).

AÇORES — Acompanhado de uma equipe de técnicos a nível interministerial, deslocou-se à cidade da Horta, a convite do governador do distrito, o secretário de Estado da Saúde, dr. Cruz Oliveira, a fim de apreciar as necessidades locais de maior premência no setor que dirige.

O dr. Cruz Oliveira tomou conhecimento direto das estruturas hospitalares da Horta, que visitou, demoradamente. O hospital distrital, cujo edifício, construído há cerca de 70 anos, encontra-se em precárias condições de segurança devido aos abalos telúricos que, ao longo destes anos, têm vindo a registrar-se na ilha do Faial. Esteve nas instalações da Assistência Nacional aos Tuberculosos e na respectiva enfermaria de isolamento.

Em relação ao distrito autónomo da Horta, que conta com uma população da ordem dos 40.000 habitantes, foram considerados pelo dr. Cruz Oliveira, entre outros, projetos de construção de um novo hospital distrital, ficando neste caso e desde já decidida a sua localização. Tratou-se também da carência de trabalhadores da saúde na região provocada sobretudo pela emigração dos naturais do arquipélago.

Foi igualmente dado conhecimento dos projetos de dotar as ilhas dos Açores de um sistema de ambulâncias aéreas, por meio de helicópteros, e de se envidar todos os esforços com o objetivo de criar, no setor da saúde estruturas preparadas para responderem ao desenvolvimento que se prevê para a economia das ilhas, o que permitiria, inclusive, o regresso de uma parte significativa dos que emigraram nos últimos anos.

AVANÇO — LIVRARIA

QUEM NÃO LE... MAL FALA,

MAL OUVI, MAL VÊ...

Aberta diariamente até às 22 horas
Rua Aurora, 704 — Fone: 239-0460
SÃO PAULO

CASA DO MATE
Mate quente e gelado a toda hora -
Mate com leite, limão e maracujá -
Chá mate e chimarrão em pacotes
das melhores marcas
Av. São João, 602 - São Paulo

**MURILLO MELLO
CÉLIA DE MELO E MOURA**
ADVOGADOS
Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100
Fone: 33-1846 — São Paulo

**PAPELARIA
E
LIVRARIA**
Livros Portugueses
Livros Nacionais e Importados
Livros Universitários
brasiliense
Rua Barão de Itapetininga, 93/99
Fone: 32-7770 — São Paulo

Car divi
Resulta
Orient
Sporti
Belene
Olhane
Acadér
Porto
Guimar
Vit. S
Ex
marães
resulta
tória d
mente i
um-des
que iss
haver
para o
já que
var-se
res que
rosos.
Orient
fereça
Cla
1.º —
2.º —
3.º —
4.º —
5.º —
6.º —
7.º —
8.º —
9.º —
10.º —
11.º —
12.º —
13.º —
14.º —
15.º —
16.º —
FAMAL
Beira
Penafie
Sanjoa
Paços
Sportir
Despor
União
Oliveir
Riopele
Salguei
Régua
A. D.
Vilano
Lustár
Gil Vie
Vazim
Alba
Feirens
Tirsens
"Pens
socie
la en
estar

Campeonato da 1.^a divisão

Resultados da 11.^a rodada

Oriental	0	Cuf	3
Sporting	1	Espinho	0
Belenenses	1	Boavista	2
Olhanense	0	Leixões	1
Académico	0	Farense	3
Porto	5	Tomar	1
Guimarães	4	Atlético	1
Vit. Setúbal	0	Benfica	2

Excelentes vitórias do Porto e Guimarães fora de casa por expressivos resultados. O Benfica venceu bem o Vitória de Setúbal. O Sporting sorrateiramente encontra-se no 4.^o lugar esperando um deslize dos três primeiros; uma vez que isso aconteça, acreditamos que irá haver uma luta cerrada no caminho para o título entre os quatro primeiros, já que nos lugares abaixo a luta irá travar-se pela obtenção do 5.^o e 6.^o lugares que também não deixam de ser honoráveis. No fim da tabela continuam o Oriental e o Académico já com uma diferença significativa dos restantes.

Classificação após a 11.^a rodada:

1. ^o — Porto	18 pts.
2. ^o — Benfica	18 "
3. ^o — Guimarães	17 "
4. ^o — Sporting	15 "
5. ^o — Farense	14 "
6. ^o — Boavista	13 "
7. ^o — Vit. Setúbal	11 "
8. ^o — Belenenses	9 "
9. ^o — Atlético	9 "
10. ^o — Leixões	9 "
11. ^o — Espinho	9 "
12. ^o — Cuf	9 "
13. ^o — Olhanense	8 "
14. ^o — União de Tomar	8 "
15. ^o — Oriental	5 "
16. ^o — Académico	4 "

CLASSIFICAÇÃO

2.^a DIVISÃO — Zona Norte

FAMALICAO	17 pts.
Beira Mar	16 "
Penafiel	13 "
Sanjoanense	13 "
Paços Ferreira	13 "
Sporting de Braga	13 "
Desportivo de Chaves	13 "
União de Coimbra	12 "
Oliveirense	11 "
Riopele	11 "
Salgueiros	11 "
Régua	11 "
A. D. Fafe	10 "
Vilanovense	9 "
Lusitânia de Lourosa	9 "
Gil Vicente	9 "
Varzim	9 "
Alba	9 "
Felrense	7 "
Tirsense	4 "

"Pensamos que o desporto numa sociedade democrática, como aquela em que agora vivemos, terá de estar ao serviço da democracia"



Livros Soviéticos

Novidades em espanhol, inglês e francês — Tecnologia — Medicina — Literatura — Rua Barão de Itapetininga, 88 — Galeria Itá — Loja 6A-Terreia 01042 — SÃO PAULO-SP — Atende pelo Reembolso Postal — Solicitem catálogos.

BARREIRENSE	18 pts
Estoril	16 "
Marítimo	16 "
Sesimbra	15 "
Torriense	13 "
Lusitano	13 "
União de Leiria	12 "
Portimonense	12 "
Estrela de Portalegre	12 "
Caldas S. C.	11 "
Marinhense	10 "
Peniche	10 "
Almada	10 "
União Sport	8 "
Juventude	8 "
Montijo	8 "
Torres Novas	8 "
Cova da Piedade	7 "
Sintrense	7 "
Odivelas	6 "

III DIVISÃO CHAVE — A Classificação

U. DE LAMAS	16 pts
Desp. ^o das Aves	15 "
Paços de Brandão	15 "
Paredes	13 "
Vianense	13 "
Rio Ave	13 "
Freamunde	12 "
Desp. ^o Bragança	11 "
Leça F. C.	11 "
"Os Limianos"	11 "
Desp. ^o Monção	10 "
Avintes	10 "
Esposende	9 "
Vila Real	9 "
Sp. Lamego	9 "
F. C. Vizela	8 "
Cabeceirense	7 "
Ponte da Barca	4 "
Bairro Latino	4 "
Moncorvo	2 "

CHAVE — B

ALHANDRA	18 pts
Sacavenense	13 "
Alcanenense	12 "
Marrazes	12 "
D. Portalegrense	12 "
Elétrico P. Sor	12 "
U. Santarém	11 "
"O Elvas"	11 "
Vilafranquense	11 "
Sp. Pombal	11 "
Alverca	11 "
Campomaiorense	11 "
G. Alcoçaba	10 "
U. Almeirim	9 "
Bombarralense	8 "
Castelo Branco	8 "
S. L. Cartaxo	7 "
União Miranense	7 "
"Os Nazarenos"	6 "
Tramagal	0 "

CHAVE — C

SP. COVILHA	18 pts
Naval 1. ^o Malo	16 "
Acad. ^o de Viseu	14 "
"Os Marialvas"	13 "
Rec. ^o Agueda	12 "
Cucujães	11 "
A. D. Guarda	11 "
Valecambrense	10 "
Anadia	10 "
Mangualde	10 "
Febres	10 "
Lousanense	10 "
Oliveira do Bairro	9 "
L. Vildemoinhos	9 "
P. Castelo	9 "
Ala Arriba	8 "
Gouveia	8 "
Ovarense	7 "
Esperança	7 "
"Os Pinhelenses"	0 "

CHAVE — D

CASA PIA A. C.	17 pts.
Esperança	14 "
Vasco da Gama	14 "
Costa de Caparica	13 "
Seixal	13 "
Operário	12 "
Lusitano V. R.	10 "
Amora	10 "
Desp. ^o de Beja	10 "
Odemirense	10 "
U. Santiago-Cacém	9 "
U. Sambrasense	9 "
Torraltal	9 "
Alcochetense	8 "
Atl. ^o Reguengos	8 "
Aijustrelense	8 "
Silves F. C.	7 "
Paio Pires	7 "
Luso	6 "
S. L. Olivais	6 "



Vitor Pereira e Pedroto amparam Alves, que sai do campo a chorar

Que o futebol é também uma carta política, toda a gente o sabe. Carta que se joga internamente, quando e conveniente impedir o povo de pensar, de olhar em volta, de agir. Que o salazaro-marcelismo utilizou a fundo, de tal modo que há quem sítue o futebol logo a seguir à PIDE e à Censura na lista dos apoios do velho regime. Carta que se joga externamente, pois sugere vínculos entre as vitórias e derrotas futebolísticas e os méritos ou deméritos dos sistemas políticos nacionais. O futebol é fator de promoção publicitária à escala internacional ou, inversamente, de desprestígio. Mesmo que não o queira o próprio futebol.

Por isso nos parece que a transmissão deste Inglaterra-Portugal foi seguida ainda por mais olhos e por mais ansiedades do que era costume. Estava em jogo, decerto, o destino da equipe nacional na competição europeia. Mas estava também em jogo, de certo modo, a imagem na Europa deste Portugal a renovar-se. Durante anos e anos, o futebol português foi cartaz do fascismo e do colonialismo. Agora, por força que o será deste País diferente. Compreende-se que, sendo assim, alguns temessem que acontecesse o que em certos círculos se previa à boca pequena: que a seleção portuguesa fosse cilindrada e trouxesse de Wembley a mais pesada derrota de sempre em face da equipe inglesa.

Se assim tivesse acontecido, podemos estar certos de que não faltaria quem fizesse extrapolações muito saborosas e muito mal-intencionadas. Uma pesada derrota do "onze" por-

tuguês havia de ser tomada como o reflexo, no futebol, da tal "situação de caos e desordem" que não existe, mas que muitos "bons" lusitanos gostariam que houvesse só para assim justificarem as suas opções antidemocráticas e fascistas. Há por aí muitos cavalheiros que responsabilizam o 25 de Abril por tudo quanto de desagradável acontece, roidinhos de saudades pelos bons tempos da ditadura. Não me espanta nada, portanto, que tenham chegado a torcer pela seleção inglesa, esquecidos de que também em Inglaterra se vive em democracia e de que também lá o fascismo e o colonialismo são desprezados pela maioria.

Sucedeu, porém, o contrário do que desejavam: a equipe portuguesa não só não foi cilindrada, como volta de Wembley com o melhor resultado de sempre obtido na Grã-Bretanha. É claro que o fato não tem nada a ver com as virtudes da liberdade, do processo de democratização e do Movimento das Forças Armadas. Tivéssemos sido largamente goleados, e o 25 de Abril continuava a ser a conquista da dignidade e o principio de um processo que nos restituiu a alegria de sermos portugueses. Ainda, assim, porém, o empate teve importância política. Ao menos por agora, e neste aspecto, tem a reação de guardar na arca as calúnias e as falsificações a que já dera corda. Em Wembley, perdeu. De onde a carga de emoção suplementar que acompanhou a transmissão televisiva. De onde a reforçada alegria que o resultado final nos trouxe.

CORREIA DA FONSECA
"A Bola"

O esporte, a escola e o regime

Numa altura em que se fazem todos os esforços, a nível governamental e não só, para que a prática desportiva possa ser, cada vez mais, uma frutuosa realidade desde os primeiros bancos da escola, criando condições mínimas e incitando os jovens ao esporte, para que possam — homens de amanhã — crescer mais fortes e mais confiantes, vêm-nos à memória, não sem amargura e perplexidade, o que foi (e como foi) a nossa iniciação "desportiva" e a de algumas gerações precedentes.

Na instrução primária, o único jogo possível, embora não permitido, era atirarmos as borrachas de uns para os outros, de carteira para carteira pois, no recreio, só era permitido "reinar ao toca e foga" e desde que não fizéssemos muito barulho...

Depois, no ciclo, já podíamos jogar debaixo do telheiro de baliza a baliza, em frente à aula de canto coral, mas às escondidas dos continuos (e em especial do chefe Verissimo), que corriam atrás das trapelras de navalha em riste, inutilizando

aqueles malditos objetos profanos... É certo que havia um campo alcatroado mas que servia só aos sábados, dia da mocidade embandeirada em "S", onde fazíamos alguns jogos elementares misturados com ensinamentos patrióticos.

Quanto às aulas ditas de "educação física" era como todos sabemos: cinquenta minutos por semana, dos quais tínhamos que subtrair dez para vestir o equipamento, dez para o despir e outros dez para pôr a aula a funcionar...

Marchávamos ao som do tambor durante uns trinta minutos, alinhando muito direitinho às vezes dos comandantes de castelo que eram os colegas mais importantes e aos quais a malta mais reguila chamava "bufos".

E quando conseguíamos dar uns toques na "borracha", o que muito raramente acontecia, já era dia de festa!

JOSÉ MAN
"República"

A forma mais velhaca de diluir a verdade é temperá-la com os ingredientes do boato. Sem usar exatamente da mentira, mas referindo-se levianamente à natureza dos fatos e dos acontecimentos sem respeito pela sua integridade, os boateiros plantam aqui e ali pequenas raízes de dúvida, insinuando pequenos detalhes negativos e omitindo a parcela mínima dos positivos, para camuflar a realidade. É a técnica mais avançada e rápida da comunicação de massas, quando as circunstâncias e o momento são inquietantes e o leitor de jornal tem necessidade de notícias concretas. É difícil pegar em flagrante o verdadeiro autor de um boato — sempre ele diz que ouviu dizer e que só por isso conta. Assim o boato nasce com a aparência de alguma coisa. A imaginação alheia acrescenta o resto. E fica lançado o uso sem o produto e sem a embalagem que lhe denuncie o volume. O Lisboato, correspondente em Lisboa de um jornal brasileiro, surge como o grande exemplo desse tipo de vendedor de imagens. O Lisboato matarruano, vive sentado pelos cafés da capital, anota o que ouve, desvirtuando tudo. Burrice e maldade, melo a melo. Acrescenta às palavras aquele tom sapiente de que tudo já imaginara e profetizara. É o provinciano que se embasbaca com qualquer coisa e atribui a si mesmo a gran-

O Lisboato & o Intelectualoio

por Fernando Lemos

Intelectualoio

Nada mais ridículo para um jumento, do que acrescentar-lhe um pequeno grau de alfabetização. Uma tesoura, um frasco de cola e algumas folhas de papel, já o tornam um Intelectualoio. Encher umas laudas a máquina com citações recortadas em livros que algumas pessoas escreveram, faz dele um jornalista e até autor de antologias. E se lhe derem um cargo, será um burro solene. Temos o retrato do Intelectualoio, aquela composição labrega de quem não acha suficiente a carga de sua natural burrice e se alimenta de alguma inteligência humana como lastro para não naufragar.

O Intelectualoio já tinha biografia suficiente em Portugal para se aventurar a uma carreira no Brasil. O governo salazarista/caetanense que não primava pela exigência na escolha de seus intelectuais para a sua "política do espírito", especialmente quando se tratava de os utilizar na área dos secos e molhados, fez dele por alguns anos o correspondente do Brasil, tal como o Lisboato hoje é de Portugal. Pode ser lido normalmente, colando os textos que rouba de vários autores nas informações insidiosas sobre as ex-colônias africanas, por que tanto chora. De associação portuguesa em associação luso-brasileira, vai palestrando sobre aquilo que acha ser africano em Portugal, português na África e outras teses tão ridículas à escala local e patricial, quanto

de importância de lhe fazer o comentário. O Lisboato não recebe informações, ele não tem acesso aos bastidores oficiais, pois é sabido que desvirtuaria tudo pela mesma técnica com que se embaralha ao escrever. Não se pode diretamente colocá-lo na suspeita de agenciar dados à CIA porque sua escala é por demais inferior e só seria admitido na faixa dos inocentes e úteis, pois matarruano profissional como todos o conhecem, adquiriria por essa via uma tal empáfia para se exibir, que acabaria dando o segredo como uma grande descoberta logo na primeira esquina, deixando a notícia escondida com o rabo de fora. Também não vamos ao ponto de imaginá-lo informante da Pide, pois outros colegas seus do Brasil, por demais conhecidos apesar de mascarados, executaram mais adequadamente essa operação.

O Lisboato vive no padrão da incompetência. Tendo vivido no Brasil alguns anos, conhece o seu mercado de leitura e a receptividade que no momento, existe para a boatices e pode ser lido quase diariamente com os seus alarmismos em que o desrespeito à situação política portuguesa e ao mesmo tempo para com a tradicional seriedade do jornal para quem trabalha, já estão merecendo um reparo à altura. Por enquanto, é necessário desmascará-lo e ter com as suas perfidias de correspondente o maior cuidado. Não tanto pelas mentiras, que podem até comprometer quem lhes paga, mas principalmente com o que possa vir a fazer com alguma verdade, se por imprudência de alguém mal avisado ela lhe acir nas mãos, ou nas orelhas.



já o são, marcada e internacionalmente, como obsoletas.

Na técnica muito semelhante à do Lisboato, o Intelectualoio é no entanto ainda mais ardiloso, porque conhece e usa o efeito de separar uma parte de um texto e inseri-lo noutro para lhe extrair outro sentido.

Cabe revelar que o atual governo português já lhe indicou o caminho da rua como diplomata de funcionário incômodo e abjeto. Mas o Intelectualoio tem o descaramento do ignorante, a ousadia do aventureiro e o abuso dos espartos. Desrespeitoso, mesmo mediocre e com algumas culpas no cartório político, o seu contorno não pode ser feito para lá, nem para cá, de Intelectualoio. Tem ainda como agravante, de noutras eras e por pouco tempo, ter-se feito passar por simpatizante da luta anti-salazarista no Brasil. Mas alguém se arrependeu por ele e deu-lhe então outras tarefas justamente opostas e mais gratificantes.

Se não tivesse enriquecido com a apropriação indébita que sempre fez do trabalho de alguns intelectuais, poderia dizer-se dele que se tratava de um pobre diabo à procura de sucesso correspondente ou de um coice desesperado à mingua de um dono.

O Intelectualoio é uma piada ambulante a quem se encaixam todas as piadas de português no Brasil. Mas apenas no que se refere ao lado dos brasileiros, porque do lado dos portugueses, mais que uma piada é uma figura triste, ele é a própria tristeza.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portucalense Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmiento Pimentel
Joaquim Quitério
Manuel Ferreira Moura
Raul Ciriacó da Cunha
Redação
Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50
Caixa Postal 8248 - CEP 01000
Telefone: 37-0933
São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paulista Ltda.
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB,
A. J. Brave
Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13
Fone: 224-9785

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Julio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livraria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8287
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Fentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tulipa Vermelha
Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.
Portuguese Canadian Democratic Association
P.O.Box 5921 - Station (A)
CHECOSLOVAQUIA - Praga 1
João Ribeiro
Postovni Urad-Jindriská UL
C: 14 Scharánka 846
FRANÇA - Paris
Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"
2, Place François Villon
Escalier E - La Courvenneuve Seine

Assinaturas Para o Brasil

Anual	Cr\$ 120,00
Semestral	Cr\$ 70,00
Via aérea	
Anual	Cr\$ 170,00
Semestral	Cr\$ 120,00

Para o Exterior - via aérea

Anual	US\$ 28
Semestral	US\$ 21